

CADERNOS

[NÚMERO 3 FEVEREIRO 2026] ISSN 3086-299X

informa

REVISTA CIENTÍFICA DO INSTITUTO INFORMA



BEM-ESTAR NA AMÉRICA LATINA

PARADOXOS, DESIGUALDADES
E A RIQUEZA DO AFETO

NOTAS DO EDITOR

Para baixar o PDF dos artigos da revista científica do Instituto Informa em seu smartphone ou tablet, escaneie o QR Code disponível na versão online da edição.

Para mais informações, entre em contato pelo telefone (21) 99968-9778 ou e-mail fabiogomes@institutoinforma.com.br.

A revista Cadernos Informa (número 3, Fevereiro 2026) aprofunda o debate sobre a qualidade de vida e o bem-estar na América Latina, focando no "paradoxo latino-americano da felicidade". O objetivo é traduzir estudos nacionais e internacionais em linguagem acessível para gestores. Uma ponte entre ciência, políticas públicas e experiência social.

EQUIPE EDITORIAL

Coordenação: Fábio da Silva Gomes

Editor: Fábio Vasconcellos

Produção textual: Equipe Instituto Informa

Diagramação: Letycia Almeida e Riann Amaro

Revisão e produção: Tainara Holanda

CONSELHO EDITORIAL

Felipe Borba

Doutor em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Atualmente, ele é professor Associado I do Departamento de Estudos Políticos e coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da UNIRIO. Entre 2008 e 2009, foi pesquisador visitante na Universidade da Califórnia, em San Diego. Felipe Borba coordena o GIEL - Grupo de Investigação Eleitoral da UNIRIO e a Potentia - Empresa Júnior dos alunos de ciência política da UNIRIO, e é editor do boletim trimestral do OVPE - Observatório da Violência Política e Eleitoral. Desde 2018, é bolsista do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado da Faperj, e desde 2020, bolsista produtividade do CNPq (PQ-2). No biênio 2017-2018, atuou como vice-diretor da Regional Sudeste da Associação Brasileira de Ciência Política. Tem experiência em Ciência Política, com ênfase em Estudos Eleitorais e Partidos Políticos. Trabalha com temas como democracia, eleições, comportamento político, política local, propaganda negativa, Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e violência política.

Guilherme Caldas de Castro

Graduado em Estatística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1985), mestrado em Engenharia de Transportes pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993), especialização em Design and Innovation Thinking por Stanford - USA (2012), doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014) e pós-doutorado pela Universidade do Porto (Portugal - 2018). Atualmente é professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Probabilidade e Estatística, com ênfase em Pesquisa de Mercado, atuando principalmente nos seguintes temas: pesquisa de mercado, marketing, pesquisa de opinião, clima organizacional, comportamento do consumidor e montagem de cenários futuros. Vem se dedicando a discussão sobre a mobilidade social, em especial da classe média brasileira - tema da tese de doutorado.

Helio Furtado

Pós-Doutor em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017). Possui Doutorado em Ciências do Desporto pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro-UTAD, Portugal (2011), reconhecido no Brasil pela Universidade Estadual de Campinas (2015). Mestre em Ciência da Motricidade Humana pela Universidade Castelo Branco-UCB (2003), e ele é graduado em Educação Física (1988). É Especialista em Gerontologia pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). Ele atua como professor da Universidade Castelo Branco - UCB, coordenador da Universidade Aberta da Terceira Idade - UCB, e líder do grupo de pesquisa do CNPq - Núcleo de Estudos e

REVISTA CIENTÍFICA DO INSTITUTO INFORMA
[recurso eletrônico]. – v. 03 (2026). – São Paulo, SP:
Instituto Informa
Instituto Informa – Estudos avançados, 2025
1 recurso online: il.
Semestral
Acesso: <https://cadernos.institutoinforma.com.br>
1.Periódico Científico. I. Instituto Informa – Estudos
Avançados
Alameda Tocantins, 75, 1210, Barueri – São Paulo
Cep: 04545-930 – São Paulo, SP
Telefones: 55 (21) 99968-9778
<https://institutoinforma.com.br/o-instituto-informa>
ISSN 3086-299X

Pesquisas sobre Envelhecimento - NEP-Rio. É também membro da International Federation on Ageing (IFA) e do European College of Sport Science (ECSS). Temas de interesse hidroginástica, idoso, envelhecimento, demografia, qualidade de vida, gestão de saúde, promoção da saúde, prevenção das DCNTs e políticas públicas.

Igor Barenboim

Ph.D e Mestrado em Economia pela Harvard University, Cambridge, MA, EUA, e é economista formado na PUC, Rio de Janeiro. Já integrou Conselhos Fiscais e de Administração e foi professor na FGV/EESP no Mestrado Profissional em Economia e Finanças. É autor de diversos artigos de economia publicados em revistas, livros e jornais tanto nacionais quanto internacionais. No Ministério da Fazenda, desempenhou a função de secretário-adjunto de política econômica, sendo responsável por propor, avaliar e aprovar regulamentações com impacto na economia nacional. Participou ainda de reuniões do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Moeda e Crédito (COMOC).

Juedir Teixeira

Doutor em Administração. Ele se graduou em Ciências Administrativas em 1979, e obteve seu mestrado em 2017 e doutorado em 2018 em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade Nacional de Missões - UNAM-Argentina. Atualmente, é coordenador de MBA e professor na Universidade Cândido Mendes, além de ser professor na Fundação Getúlio Vargas. Tem experiência em Administração, com ênfase em indicadores de desempenho, avaliação de desempenho, planejamento estratégico, eficiência organizacional, atributos do produto e comportamento do consumidor.

Julio Macedo

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com titulação entre 2020 e 2023. É graduado em Administração de Empresas (1998-2003) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e possui mestrado em Gestão e Estratégia em Negócios (UFRRJ 2004-2006). Tem experiência profissional incluí atuação como Administrador e Consultor no Banco Itaú S/A, Aché Laboratórios Farmacêuticos, Laboratório Eurofarma e Petrobras S/A. Foi professor na UNICARIOCA e Universidade Veiga de Almeida (UVA), e em 2014, atuou como orientador no curso de especialização em Gestão de Organização Pública em Saúde-PNAP-EaD-UAB/CAPES. Atualmente, é Professor no Departamento de Estratégia e Gestão, e Professor Bolsista no curso EAD de Administração de Empresas pela UFRRJ-consórcio CECIERJ-CEDERJ. Também ocupa os cargos de Diretor de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura na UNIRIO e Coordenador do curso de graduação em Administração Pública - UNIRIO.

Luciana Veiga

Graduada em Jornalismo pela UFJF (1993), com mestrado (1996) e doutorado (2001) em Ciência Política pelo IUPERJ. Ela realizou um estágio de pós-doutorado na Universidade da Califórnia, Irvine em 2013. Atualmente, é professora titular no Departamento de Estudos Políticos da UNIRIO e docente na Escola de Comunicação, Mídia e Informação da FGV. Foi professora visitante na Universidade de Granada (2021) e visiting scholar na University of Illinois (2016) e York University (2010). Atuou como coordenadora dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO (2017-2020) e UFPR (2010-2012). Além disso, foi presidente da COMPOLÍTICA (2011-2013) e da ABCP (2020-2022), e ocupou cargos de destaque em associações e grupos de trabalho como a ANPOCS e ALACIP. Tem experiência nos temas comportamento político, comunicação política e América Latina.

Patricia Corado

Graduada em Letras (2000), mestrado (2005) e doutorado (2009) em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Realizou um pós-doutorado em 2014 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e um segundo pós-doutorado em 2020 na Universidade Federal Fluminense, com ênfase em Análise Semiolinguística do Discurso. Atualmente, é professora titular do Instituto Federal Fluminense. Tem experiência na área de Letra, com foco em Língua, discurso e ideologia.

APRESENTAÇÃO

Fábio da Silva Gomes	5
----------------------	---

EDITORIAL

Fábio Vasconcellos	7
--------------------	---

CONTEÚDOS

O paradoxo latino-americano da felicidade	9
---	---

Entrevista: Mariano Rojas	12
---------------------------	----

Os desafios das condições do trabalho na América Latina	18
---	----

Entrevista: Graciela Tonon	22
----------------------------	----

Meio ambiente, segregação urbana e bem-estar	27
--	----

Entrevista: Gabriela Cardoso	31
------------------------------	----

A erosão do bem-estar: o impacto multifacetado da violência	36
---	----

RELATÓRIO

Avaliação do Bem-Estar: Pesquisa Quantitativa Nacional	41
--	----

BEM-ESTAR NA AMÉRICA DO SUL: CIÊNCIA, REPUTAÇÃO E DECISÃO

O conceito de bem-estar continua apresentando um paradoxo instigante. Em sua dimensão genérica, ele se torna um ideal compartilhado por quase todas as pessoas: o desejo de viver melhor. Em sua dimensão específica, entretanto, o bem-estar revela múltiplas interpretações, definidas por contextos culturais, econômicos, emocionais e sociais. Esse paradoxo torna o tema simultaneamente universal e profundamente complexo — e é justamente essa complexidade que desafia pesquisadores, gestores e decisores públicos e privados.

Diante desse cenário, o Instituto Informa reafirma um compromisso que tem orientado suas ações nos últimos anos: contribuir para o avanço do conhecimento aplicado sobre reputação e bem-estar. Em nossa perspectiva, bem-estar não é apenas uma experiência individual, mas também um componente central da reputação — de governos, empresas, instituições e lideranças. Afinal, reputação não se sustenta apenas por imagem, comunicação ou presença midiática: ela se estrutura, sobretudo, pela capacidade real de produzir confiança, segurança, dignidade e qualidade de vida.

É nesse sentido que esta edição da revista Cadernos Informa se apresenta como um esforço intelectual e institucional em três frentes complementares.

A primeira frente é o investimento do Instituto Informa em produzir e organizar material científico, reforçando sua vocação como centro de estudos voltado à reputação e ao bem-estar. A revista nasce e se consolida como um espaço de mediação entre ciência e decisão:

um ambiente em que o rigor acadêmico dialoga com as demandas concretas do mundo público e do mundo privado. Ao trazer resenhas e análises de artigos publicados em revistas científicas, buscamos não apenas divulgar conteúdos, mas também qualificar o debate, aproximando o leitor de conceitos, métodos e evidências que sustentam interpretações mais consistentes sobre a realidade social.

A segunda frente desta edição é dar destaque à produção intelectual de pesquisadores e pensadores que se dedicam ao tema do bem-estar, em suas múltiplas dimensões. O bem-estar não é um assunto periférico: ele atravessa saúde física e mental, relações sociais, percepção de segurança, ambiente urbano, acesso a recursos e oportunidades, além de elementos simbólicos como sentido na vida e expectativas de futuro. Ao reunir e comentar diferentes contribuições acadêmicas, esta edição reforça uma premissa fundamental: não há tomada de decisão madura sem escuta da ciência — e não há ciência social relevante sem conexão com os dilemas do presente.

A terceira frente, que complementa e materializa esse projeto editorial, é a apresentação de uma pesquisa recente conduzida pelo Instituto Informa, voltada à percepção de bem-estar na América do Sul. Se na edição anterior (agosto de 2025) dedicamos atenção a uma investigação nacional, nesta edição ampliamos o horizonte comparativo e analisamos nove países sul-americanos — Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru,

Uruguai e Venezuela — preservando consistência metodológica e permitindo interpretações mais amplas sobre o lugar do Brasil na região.

A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas quantitativas via web, com questionário estruturado, utilizando como base o método WHOQOL-BREF, desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde. Os resultados apontam um panorama regional plural e revelador, com países que demonstram maior consistência de bem-estar e outros que apresentam fragilidades importantes, evidenciando como fatores sociais, ambientais e institucionais moldam a experiência cotidiana das populações. Mais do que comparar nações, este estudo reforça uma ambição maior: produzir inteligência social aplicada, capaz de orientar políticas públicas, estratégias institucionais e práticas organizacionais mais eficazes e mais humanas.

Em síntese, esta edição de Cadernos Informa não se limita a apresentar um estudo: ela busca construir um campo de reflexão. Nosso objetivo é contribuir para que o tema do bem-estar seja tratado com a seriedade que exige — como variável estratégica para governos, empresas e organizações, e como eixo indispensável para qualquer projeto de reputação sólida e sustentável.

Ao reunir ciência, análise e pesquisa empírica, esta publicação materializa a missão do Instituto Informa: promover o bem-estar de forma direta ou indireta, produzindo conhecimento, fortalecendo decisões e ampliando a capacidade de compreensão sobre a vida social.

Fábio da Silva Gomes

Diretor-Presidente do Instituto Informa



UMA TERCEIRA EDIÇÃO PARA COMEMORAR

Chegar à terceira edição do Cadernos Informa é um marco que merece ser celebrado com entusiasmo e responsabilidade. Cada número publicado reafirma nosso compromisso em construir um espaço editorial que não apenas divulgue conhecimento de forma acessível, mas também promova o diálogo interdisciplinar e crítico sobre temas que atravessam a vida social, cultural e acadêmica da América Latina.

E esta edição tem algo ainda mais especial. O Cadernos Informa acaba de receber o registro International Standard Serial Number (ISSN). A obtenção do ISSN representa um salto qualitativo para a nossa revista, pois consolida a sua identidade no cenário acadêmico internacional e assegura a sua padronização bibliográfica.

Mais do que um código de identificação, o ISSN atesta o compromisso da revista com o rigor editorial, funcionando como um pré-requisito essencial para a indexação em bases de dados globais e para a futura avaliação junto ao sistema Qualis/CAPEs. Para nossos autores, essa conquista garante maior visibilidade, rastreabilidade e prestígio institucional aos seus artigos, assegurando que o conhecimento aqui publicado seja formalmente reconhecido e facilmente localizado pela comunidade científica mundial.

Nesta edição, também expandimos o nosso foco. Agora abordamos o tema do bem-estar na América Latina. A região convive com desigualdades históricas persistentes, baixa mobilidade social, violência crônica e fragilidades institucionais que comprometem a qualidade de vida de milhões de pessoas. Ainda assim, pesquisas revelam que os latino-americanos relatam níveis elevados de felicidade e satisfação subjetiva.

Esse fenômeno, conhecido como o paradoxo latino-americano da felicidade, nos obriga a repensar o que entendemos por desenvolvimento e qualidade de vida, mostrando que os indicadores econômicos e materiais não são suficientes para explicar a riqueza da experiência humana na região.

As resenhas sobre os artigos científicos exploram essa complexidade sob diferentes ângulos. Discutimos as barreiras macroeconômicas e a geografia da desigualdade, que criam realidades contrastantes dentro de um mesmo país e perpetuam a exclusão social. Analisamos também os desafios das condições de trabalho, em que a precariedade e a informalidade corroem a estabilidade e a dignidade laboral, impactando diretamente o bem-estar subjetivo.

Outro eixo de reflexão aborda o impacto multifacetado da violência, que não apenas ameaça a segurança física, mas também desgasta os vínculos sociais e a confiança comunitária. Por fim, destacamos como o meio ambiente e a segregação urbana moldam experiências cotidianas de vida, revelando que o território e suas desigualdades são determinantes centrais da percepção de felicidade.

Para compor este número, realizamos uma ampla pesquisa em revistas científicas de grande impacto internacional, mas também privilegiamos publicações regionais e trabalhos de pesquisadores latino-americanos. Essa escolha reflete nosso compromisso em valorizar a produção acadêmica da região, reconhecendo sua relevância e originalidade no cenário global.

Ao dar espaço para vozes locais, buscamos prestigiar pesquisadores que, a partir de suas próprias realidades, oferecem interpretações singulares e profundamente enraizadas nos contextos latino-americanos. Além da busca direta nas páginas das principais revistas acadêmicas, utilizamos ferramentas de IA como o Research Rabbit para localizar os artigos e autores de referência. Na produção textual dos relatórios, adotamos o NotebookLM e uma IA personalizada do Gemini para extrair, organizar e estruturar os argumentos dos autores, sempre com a coordenação e revisão sistemática da nossa equipe.

Uma novidade que nos enche de entusiasmo é a inclusão de entrevistas exclusivas com pesquisadores de referência, que enriquecem ainda mais o debate e aproximam o leitor das vozes que têm se dedicado a compreender o tema. Conversamos com o pesquisador mexicano Mariano Rojas, economista e especialista em felicidade, que explica como

a “riqueza relacional” latino-americana sustenta altos índices de satisfação, mesmo em contextos de adversidade.

Entrevistamos também Graciela Tonon, pesquisadora argentina, que propõe a necessidade de os latino-americanos definirem indicadores de bem-estar mais alinhados com as condições culturais, sociais e políticas da região. Por fim, trazemos a contribuição de Gabriela Cardoso, pesquisadora brasileira, que discute a relação entre meio ambiente, segregação urbana e bem-estar, destacando como os territórios e suas desigualdades moldam a experiência cotidiana da felicidade. Essas entrevistas ampliam o alcance da revista, oferecendo ao leitor reflexões vivas e atuais sobre os dilemas e potencialidades da região.

Nesta edição, apresentamos também o relatório da pesquisa inédita que o Instituto Informa realizou na América Latina com o objetivo de compreender a questão do bem-estar e da qualidade de vida na região. No relatório, que disponibilizamos na íntegra, pesquisadores, estudantes e jornalistas poderão acessar um vasto conjunto de dados que ilustra as percepções dos latino-americanos sobre o bem-estar.

Boa leitura.

Fábio Vasconcellos, editor.



O PARADOXO LATINO-AMERICANO DA FELICIDADE

Região apresenta desigualdades estruturais persistentes e população com altos índices satisfação subjetiva

A América Latina representa um caso notável que desafia a premissa de que o bem-estar e a qualidade de vida são reflexos diretos e proporcionais da prosperidade material. Conhecido na literatura como o “paradoxo latino-americano da felicidade”, a região é formada pela coexistência de significativos desafios estruturais e institucionais, como a violência crônica, a desigualdade socioeconômica persistente e a alta percepção de corrupção, com populações que consistentemente relatam níveis elevados de felicidade e afeto positivo.

A pesquisa do Instituto Informa em países da região identificou esse padrão. Cerca de 64% dos entrevistados consideram “boa” ou “muito boa” a sua qualidade de vida. Quase 70% dos latino-americanos afirmam que aproveitam a vida “bastante” ou extremamente”.

Baixos indicadores objetivos, desigualdades, mas elevados índices de bem-estar. É sob essa lente de um fenômeno de grande complexidade e distribuído segundo disparidades regionais que as pesquisas científicas vêm se organizando nas últimas décadas na região. No lugar da aridez dos indicadores convencionais de desenvolvimento e sua relação com o bem-estar, surgiram abordagens multifacetadas que não apenas examinam as condições materiais, mas também atentam para riqueza das percepções e satisfações subjetivas que caracterizam a América Latina e suas culturas locais.

Nesse contexto, podemos falar na integração de perspectivas analíticas sobre o bem-estar e qualidade de vida na região. Enquanto a primeira delas foca nos indicadores objetivos, confirmando os déficits significativos em crescimento, desigualdade e governança na América Latina, a segunda direciona o olhar para resiliência cultural, chamando atenção para o fato de que o impacto negativo dos nossos desafios é fortemente mitigado pelo peso das relações humanas. Essa variável atua como um pilar de alto bem-estar subjetivo, e é daí que a América Latina se destaca como um dos poucos casos no mundo em que os déficits materiais sozinhos não explicam indicadores de felicidade acima da média.

Barreiras macroeconômicas e a geografia da desigualdade

Apesar de momentos esporádicos de progresso social, a América Latina permanece refém de um conjunto de barreiras estruturais que comprometem a plena realização do bem-estar e da qualidade de vida de sua população. A combinação de fatores macroeconômicos desfavoráveis com uma distribuição geográfica perversa da riqueza e das oportunidades traduz-se em uma precariedade cotidiana.

A América Latina enfrenta um histórico persistente de baixo crescimento econômico e insuficiência de investimento, o que restringe a capacidade dos países de gerarem empregos estáveis e de alto valor agregado, essenciais para a mobilidade social (Wise 2023; Cepal, 2025).

Essa estagnação é agravada pela desigualdade socioeconômica, um traço distintivo do continente que vai muito além da simples disparidade de renda. Ela se manifesta na alta informalidade do mercado de trabalho, deixando milhões de indivíduos e famílias sem acesso a sistemas de proteção social robustos e a uma renda minimamente previsível. No estudo "Quality of life in Latin America: a proposal for a synthetic indicator", Somarriba e Zarzosa argumentam que a região está em uma encruzilhada, tendo feito grandes progressos na redução da pobreza, mas ainda lidando com problemas estruturais graves.

A pesquisa ressalta que a combinação de estruturas pouco diversificadas e instituições ineficientes leva a uma enorme desigualdade na distribuição de recursos, sendo a mais alta do mundo. A última edição do World Inequality Report 2026, estudo liderado pelo economista Thomas Pikety, mostra por exemplo que, entre os dez países mais desiguais do mundo, cinco estão na América Latina (Colômbia, México, Chile, Brasil e Argentina).

Para Somarriba e Zarzosa, a diferença relativa de renda tem efeitos maiores e mais consistentes no bem-estar da região, sendo a desigualdade um fator mais relevante na explicação das disparidades do que o rendimento. Mas a desigualdade na América Latina, segundo os autores, não se restringe apenas aos recursos, mas também às relações entre os indivíduos. Nesse sentido, o impacto de fatores tradicionalmente estudados, como renda, desigualdade e educação, muitas vezes difere da literatura tradicional sobre a qualidade de vida na América Latina.

A degradação da qualidade de vida na região se destaca também por suas disparidades geográficas, característica que ajuda a criar uma realidade de "duas Américas Latinas" dentro do próprio continente.

No nível intrapaís, o bem-estar é significativamente condicionado pelo local de residência. O estudo sobre a "Qualidade de vida urbana na Argentina", conduzido por Lucero e colegas, revelou com as regiões mais ao norte do país tendem a ostentar indicadores de qualidade de vida consistentemente inferiores em comparação com as áreas centrais e meridionais. Esse gradiente não é acidental. Ele reflete a concentração histórica de investimentos, infraestrutura e acesso a serviços públicos de excelência em determinados polos urbanos e regionais.

Nas grandes cidades, a segregação se manifesta de forma ainda mais aguda. A segregação socioespacial, como demonstram Linares e colegas, é um fator importante. Segundo os autores, morar em áreas segregadas implica um acesso deficitário a escolas de qualidade, hospitais, transporte eficiente e espaços de lazer seguros. Essa característica cria um círculo vicioso onde a ausência de oportunidades herdada é perpetuada pela desigualdade de acesso aos serviços, fixando gerações em um padrão de bem-estar abaixo do desejado.

O elemento subjetivo: a resiliência cultural e a força das relações

Altos níveis de desigualdade de renda e distribuição de serviços na América Latina, contudo, convivem com altas taxas subjetivas de felicidade. Nesse cenário de contrastes, Mariano Rojas examina o que classifica como o "quebra-cabeça" ou "paradoxo" da região. O argumento central de Rojas é que essa discrepância não invalida os relatórios de felicidade da população, mas indica que o bem-estar na região possui "fortes fundamentos sociais".

O cerne da explicação reside na abundância e na qualidade das relações interpessoais baseadas na pessoa (person-based interpersonal relationships), que são a base da “cultura relacional” latino-americana. Tais relações são caracterizadas por serem próximas, calorosas, duradouras e genuínas, distinguindo-se das relações instrumentais ou baseadas em funções.

Nesse sentido, Rojas postula que essa cultura facilita o cultivo de laços que permitem o “aproveitamento conjunto da vida” e satisfazem necessidades humanas fundamentais, como amor e pertencimento, oferecendo um espaço de aceitação incondicional. A importância empírica desse fator é crucial, pois as análises demonstram que a qualidade e a quantidade dessas relações são independentes dos níveis de renda domiciliar, o que explica como indivíduos de baixa renda podem relatar altos níveis de felicidade se possuírem uma rica rede de apoio social.

A relevância analítica das relações interpessoais manifesta-se em sua capacidade de explicar a variabilidade na felicidade dos indivíduos, superando o poder explicativo das variáveis socioeconômicas tradicionais. Empiricamente, a qualidade e a quantidade das relações familiares, segundo as pesquisas de Rojas, estão fortemente associadas tanto à satisfação com a vida (componente avaliativo) quanto, de maneira mais significativa, aos estados afetivos (afeto positivo e negativo). Por exemplo, um aumento na qualidade das relações familiares pode elevar o afeto positivo em uma quantidade similar à obtida ao dobrar a renda. Desse modo, o caso latino-americano ressalta a necessidade de o discurso do desenvolvimento transcender as métricas exclusivamente econômicas, reconhecendo a riqueza relacional como um motor fundamental do bem-estar, cujo impacto não é totalmente capturado por indicadores objetivos.

REFERÊNCIAS

- CEPAL. 2025. Estudo Econômico da América Latina e o Caribe 2025. Mobilização de recursos para financiar o desenvolvimento. Nações Unidas. Disponível em <https://www.cepal.org/es/publicaciones/82263-estudio-economico-america-latina-caribe-2025-movilizacion-recursos>
- Chancel, L., Gómez-Carrera, R., Moshirif, R., Piketty, T., et al. World Inequality Report 2026, World Inequality Lab. 2025 Disponível em <https://wir2026.wid.world/download/>. Acessado em 01/11/2025.
- LINARES, S.; MIKKELSEN, C. A.; VELÁZQUEZ, G. A.; CELEMÍN, J. P. 2016. Spatial Segregation and Quality of Life: Empirical Analysis of Medium-Sized Cities of Buenos Aires Province. In G. Tonon (Ed.), Indicators of Quality of Life in Latin America. Springer International Publishing, p. 201-218. Disponível em <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-319-28842-0>. Acessado 14/12/2025.
- LUCERO, P. I.; ARES, S. E.; MIKKELSEN, C. A. 2016. How Are We Today? Quality of Urban Life in Argentina First Contributions from the Households Permanent Survey (2003-2012). In G. Tonon (Ed.), Indicators of Quality of Life in Latin America. Springer International Publishing, p. 81-108. Disponível em <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-319-28842-0>. Acessado em 01/11/2025.
- MARTINEZ, J. 2016. Mind the Gap: Monitoring Spatial Inequalities in Quality of Life Conditions, an Approach from a Social Justice Perspective. In G. Tonon (Ed.), Indicators of Quality of Life in Latin America. Springer International Publishing, p. 151-171. Disponível em <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-319-28842-0>. Acessado em 01/11/2025.
- ROJAS, M. 2024. The Joint Enjoyment of Life. Explaining High Happiness in Latin America. Journal of Happiness Studies, 25, 100. Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/s10902-024-00817-9>. Acessado em 14/12/2025
- ROJAS, M. 2018. Happiness in Latin America Has Social Foundations. In J. Helliwell, R. Layard, & J. Sachs (Eds.), World Happiness Report. Sustainable Development Solutions Network. Disponível em https://files.worldhappiness.report/WHR18_Ch06.pdf.
- SOMARRIBA ARECHAVALA, N.; ZARZOSA ESPINA, P. 2016. Quality of Life in Latin America: A Proposal for a Synthetic Indicator. In G. Tonon (Ed.), Indicators of Quality of Life in Latin America. Springer International Publishing, p. 19-55. Disponível em <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-319-28842-0> 14/12/2025
- WISE Horizons. 2023. Review of policy strategies. Disponível em <https://wisehorizons.world/a-review-of-policy-strategies-around-the-world/>



ENTREVISTA

MARIANO ROJAS

“AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS BASEADAS NA PESSOA SÃO A CHAVE PARA A FELICIDADE LATINO-AMERICANA”

O economista Mariano Rojas explica o enigma regional e a importância do “reino das pessoas” sobre o “reino dos objetos”

O enigma da felicidade na América Latina tem intrigado economistas e cientistas sociais por décadas. Apesar de historicamente enfrentarem altos índices de desigualdade social, pobreza e instabilidade econômica, os países da região relatam consistentemente níveis de bem-estar muito superiores ao que seria esperado de seus indicadores objetivos de renda e desenvolvimento. Essa discrepância motivou o economista Mariano Rojas, PhD em economia pela The Ohio State University e nível III do Sistema Nacional de Investigadores do México, a dedicar sua extensa carreira e pesquisa a desvendar o que ele denomina o “paradigma latino-americano da felicidade”.

A chave para entender essa alta taxa de satisfação reside, segundo Rojas, na “riqueza relacional” da América Latina. Autor de uma vasta produção que inclui três livros, 11 livros editados sobre felicidade, bem-estar e qualidade de vida, Rojas examina esse fenômeno a partir de uma perspectiva global. Rojas foi professor em universidades da Costa Rica, Estados Unidos, México, China, Espanha e Holanda, e é ex-presidente da International Society for Quality-of-Life Studies. Enquanto o modelo de desenvolvimento dos países anglo-saxões tende a priorizar as relações instrumentais, onde o outro é visto como um meio para um fim — o

“reino dos objetos” —, a cultura latina preservou um foco no tratamento pessoal, cultivando laços familiares e de amizade que são fontes genuínas de gratificação e pertencimento. É precisamente essa abundância de relações interpessoais calorosas que permite que os indivíduos com baixos indicadores socioeconômicos consigam modular sua percepção da vida, encontrando felicidade em domínios independentes do poder aquisitivo.

Nesta entrevista, o pesquisador, que atualmente é filiado Instituto Tecnológico Nacional do México, detalha como a cultura relacional se manifesta na região. Para Rojas, essa característica da América Latina deve servir como um exemplo importante no debate global sobre o desenvolvimento no século XXI.

Professor, como o senhor poderia definir o paradigma latino-americano da felicidade? Por que ele nos diferencia do do restante do mundo?

Quando falamos do fenômeno latino-americano, no que diz respeito à felicidade, referimo-nos ao fato de que os latino-americanos não apenas relatam altos níveis de felicidade, mas que esta felicidade está acima do que seria esperado para seus níveis de renda e os indicadores sociais da

região. Podemos dizer que os latino-americanos são, em geral, bastante felizes, e isso surpreende a muitos dadas as notícias de conflitos sociais, alta desigualdade de renda e pobreza na região. É importante acrescentar que, quando dizemos que os latino-americanos são bastante felizes, também é preciso reconhecer que esta não é uma situação geral, mas sim uma média, pois há segmentos da população onde a felicidade é baixa.

A questão que surge é como explicar essa alta felicidade latino-americana, especialmente dentro de um contexto econômico e social problemático.

De que maneira esta dimensão é potencializada pelas características culturais dos países da região?

Dissemos que as relações interpessoais na América Latina se diferenciam daquelas dos países desenvolvidos. Nos países anglo-saxões predominam relações de tipo instrumental, onde a abordagem ao outro é interesseira e onde a interação se baseia no alcance de um propósito externo à relação. Dessa forma, a relação é meramente instrumental e não é fonte de felicidade. As relações nesses países anglo-saxões tendem a ser frias e pouco gratificantes, embora se possa dizer que são bastante produtivas do ponto de vista da geração de negócios e de mercadorias.

O senhor poderia ilustrar esse argumento com evidências identificadas em seus estudos?

Em uma pesquisa que fizemos com a população anglo-saxã dos Estados Unidos, perguntamos se eles haviam experimentado amor ou carinho durante a semana anterior, apenas 35% dos entrevistados nos disseram que sim de maneira frequente. Isso indica que há 65% da população desse segmento anglo-saxão que vive sem relações calorosas. A situação é muito diferente na América Latina. Aqui as relações de amizade são abundantes e as pessoas dedicam seu tempo para cultivá-las e enriquecê-las.

Na América Latina, também existem fortes laços familiares que contribuem substancialmente para ter relações calorosas, genuínas e duráveis.

Esta é uma fonte poderosa de felicidade na região?

Esse é um tipo de relação em que o propósito da relação é a própria relação, ou seja, onde a relação é fonte de gratificação e, por isso, os latino-americanos as cultivam e obtêm muita felicidade através de suas relações pessoais. Estas relações satisfazem uma necessidade humana fundamental, a de amor e pertencimento. Quando estas relações se deterioram, então a necessidade de amor e pertencimento não é satisfeita, e isso resulta em infelicidade e até nas chamadas mortes de desespero associadas a alcoolismo, abuso de drogas e suicídio.

Como as relações interpessoais permitem que as pessoas com baixos indicadores socioeconômicos, como renda e educação, modulem a percepção desses indicadores objetivos?

Estas relações interpessoais calorosas, que ocorrem graças aos fortes laços familiares, ao envolvimento da rede familiar e às redes de amizade, são independentes do nível socioeconômico das pessoas. Esta é uma grande vantagem, pois tanto as pessoas de baixa renda quanto as de alta renda podem desfrutar desse tipo de relações calorosas que são fonte de felicidade. Este tipo de relações calorosas basicamente requer uma atitude de abordagem ao outro como pessoa e não como instrumento, e também requer tempo para cultivar as relações. Por isso, é possível encontrar pessoas de baixa renda com alto nível de felicidade, pois dispõem de uma rede de relações interpessoais calorosas graças à sua família, sua rede familiar e seus amigos.

Seu trabalho diferencia entre bem-estar avaliativo (satisfação com a vida) e bem-estar afetivo (emoções diárias). Poderia explicar melhor esta diferença?

Concebemos o bem-estar como uma vivência que acontece com os seres humanos e que faz parte da sua condição humana. E a verdade é que todos os humanos têm a capacidade de sentir emoções, tanto positivas quanto negativas, de traçar propósitos e falar de êxitos e fracassos em diferentes graus, e de experimentar dor e prazer físicos. Desta forma, trabalhamos com uma concepção de bem-estar que se aproxima daquela vivida pelos seres humanos, reconhecendo seus aspectos avaliativos associados à concretização de propósitos, bem como os aspectos afetivos associados à vivência de emoções e estados de ânimo, e sensoriais associados ao prazer e à dor.

De que maneira esta distinção se relaciona com a ideia de bem-estar?

As pessoas buscam ser felizes, e isso implica que, em geral, sua conduta esteja orientada a alcançar seus propósitos, a desfrutar de emoções positivas e evitar na medida do desejável as negativas, e a ter mais prazer do que dor na vida. Por isso, acreditamos que uma concepção de bem-estar que envolve aspectos avaliativos, afetivos e sensoriais é muito útil para entender a conduta humana, e que também é central para o desenho de políticas que contribuam para que as pessoas sejam felizes.

O senhor sugere que a América Latina possui uma cultura relacional que emergiu de processos históricos. Que elementos da história da região ajudaram a moldar essa predisposição cultural, onde o "reino das pessoas" adquire maior relevância que o "reino dos objetos"?

Esta é uma pergunta muito interessante, e tentamos abordá-la de diferentes formas. Talvez o primeiro que se deva reconhecer é que a cultura relacional é inerente à condição humana. Historicamente,

e podemos nos remeter a décadas, séculos ou milênios, as relações interpessoais próximas têm sido parte do dia a dia da humanidade.

Ou seja, relacionar-se é intrínseco à experiência humana...

Seria impossível ter cultura se não houver essa interação próxima entre seres humanos, a qual permite a transmissão do conhecimento tanto por meio de contatos intrageracionais quanto intergeracionais. Assim, uma cultura relacional, onde se dedica tempo a conhecer o outro e a interagir com o outro, onde o grupo faz parte dos propósitos de vida de cada um, e onde se desfruta a vida não apenas dentro, mas com o grupo, é algo inerente à condição humana. Consequentemente, a questão não é como surge a cultura relacional, mas sim como ela tem desaparecido em certas regiões do mundo.

Qual é a explicação para esse efeito do desaparecimento?

A explicação tem a ver com culturas que enfatizaram a despersonalização do outro convertendo a todos em meros cidadãos com direitos, mas despojando-os de sua identidade como pessoas; culturas mais industriais que fizeram com que no outro vejamos mais um objeto de produção, ou um degrau para a ascensão pessoal do que uma pessoa; culturas individualistas que acham produtivo carregar os êxitos e fracassos sobre cada um e onde a aceitação do outro está condicionada à sua capacidade de produzir; culturas industriais onde o tempo foi associado ao dinheiro e onde o ritmo de vida é acelerado, deixando pouco tempo para a interação humana. Por isso, talvez a pergunta não seja como surgiu uma cultura relacional na América Latina, mas sim por que ela ainda não desapareceu dentro de um contexto que impulsiona a produtividade, o ritmo acelerado de vida, a visão do outro como instrumento e o individualismo.

Eu insisti muito na necessidade de começar a medir este fator de riqueza relacional porque me preocupa que ele esteja se deteriorando devido a estas pressões pela produtividade, a individualização e a instrumentalização.

Qual é a principal lição que o caso latino-americano oferece ao discurso global sobre desenvolvimento e formulação de políticas públicas, para que não se confunda “pessoas com consumidores” nem “bem-estar com poder de compra”?

Enfrentamos tendências sociais difíceis que obrigam a repensar o paradigma de desenvolvimento em nível mundial. Em primeiro lugar, temos um problema ambiental crescente associado ao superaquecimento global, à alta contaminação e ao dano ao planeta, que é o nosso lar. Em segundo lugar, é cada vez mais difícil alcançar taxas de crescimento como as que houve no século 20; já não se pode pensar em crescer a 7% ao ano, há uma relativa estagnação da produção. Em terceiro lugar, começamos a ver uma série de problemas que surgem como consequência da aplicação de reformas para o crescimento que cada vez exigem mais dos seres humanos e que não reconhecem sua fragilidade; isto se traduz em problemas crescentes de saúde

mental e em sociedades onde cresceram as chamadas mortes de desespero por alcoolismo, consumo de drogas ou suicídio.

Precisamos de um novo paradigma em que o bem-estar humano esteja no centro?

Reconhecer que o paradigma de progresso não pode continuar associado ao crescimento econômico, e buscar novas formas de obter alto bem-estar dentro de um contexto de renda média e compatível com o meio ambiente. É dentro deste contexto que a experiência latino-americana pode se converter em um caso de estudo para entender como países de renda média conseguem ter populações felizes e fazê-lo de maneira sustentável, isto é, sem atentar contra a felicidade das gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ROJAS, M. 2024. The Joint Enjoyment of Life. Explaining High Happiness in Latin America. *Journal of Happiness Studies*, 25, 100. Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/s10902-024-00817-9>. Acessado em 14/12/2025

ROJAS, M. 2018. Happiness in Latin America Has Social Foundations. In J. Helliwell, R. Layard, & J. Sachs (Eds.), *World Happiness Report. Sustainable Development Solutions Network*. Disponível em https://files.worldhappiness.report/WHR18_Ch06.pdf. Acessado em 14/12/2025.



OS DESAFIOS DAS CONDIÇÕES DO TRABALHO NA AMÉRICA LATINA

Os impactos do sedentarismo na saúde física e psíquica, e a eficácia da prática de exercícios na promoção do bem-estar e na mitigação de transtornos mentais, uma das principais questões do mundo contemporâneo.

A América Latina enfrenta uma vulnerabilidade sistêmica crítica, enraizada na interconexão entre mercados de trabalho precários, baixa coesão social e o bem-estar de sua população. A matriz produtiva heterogênea da região, marcada pela concentração do emprego em setores de pouca produtividade, perpetua uma acentuada desigualdade de renda que estratifica o acesso a oportunidades e à proteção social. Esta dinâmica estrutural, como aponta a CEPAL, gera não apenas privação material, com mina a qualidade de vida e a estabilidade social, uma fragilidade que crises recentes, como a da COVID-19, expuseram de forma dramática.

Na região latino-americana, a relação entre trabalho, renda e bem-estar ganha outros contornos porque esses fatores são profundamente mediados pelo que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) define como a “matriz de desigualdade social”, uma estrutura histórica que entrelaça eixos de exclusão — como estrato socioeconômico, gênero, raça e território — distribuindo oportunidades e vulnerabilidades de forma heterogênea. Nessa perspectiva, a compreensão do bem-estar na região depende de como as condições laborais e a segurança financeira são percebidas e vivenciadas por diferentes grupos populacionais, transcendendo a simples acumulação de riqueza.

Evidências empíricas apontam que a satisfação com a situação financeira e a estabilidade no emprego são preditores mais robustos de felicidade do que a renda absoluta isoladamente. O estudo “Determinantes da Felicidade na América Latina”, produzido pelos economistas Pedro Henrique Campetti e Tiago Alves, corrobora esse achado, sustentando que o desemprego apresenta um dos maiores impactos no bem-estar subjetivo, enquanto a segurança no trabalho exerce uma influência positiva estatisticamente significativa.

Embora tenham identificado a associação entre felicidade e outras variáveis como relacionamentos familiares, comunidade e amigos, saúde, liberdade pessoal e valores pessoais na América Latina, Campetti e Alves destacam que “pessoas empregadas são mais felizes, o que pode estar relacionado também com a renda obtida através do emprego”.

Na perspectiva da Economia da Felicidade, Richard Layard argumenta que o trabalho transcende a mera função de provisão de renda, atuando como um pilar fundamental para o bem-estar subjetivo ao conferir um sentido de vida e a percepção de contribuição para a sociedade. Consequentemente, o desemprego é concebido como um “desastre” na

vida dos indivíduos, pois a interrupção da atividade laboral resulta na perda de recursos financeiros e, conseqüentemente, na destruição da autoestima e das relações sociais construídas no ambiente de trabalho. A privação da ocupação gera, portanto, custos psicossociais severos, manifestados em quadros de depressão, ansiedade e baixa estima.

As desigualdades do mercado de trabalho

A compreensão do peso do trabalho na sua relação com a percepção do bem-estar dos latino-americanos expõe os desafios para os países da região. Na América Latina, a capacidade do mercado de trabalho de gerar esse bem-estar é limitada por uma estrutura produtiva pouco diversificada e pela alta informalidade, que funciona como um “amortecedor” precário em tempos de crise, mascarando o desemprego real mas perpetuando a vulnerabilidade social. Em uma região onde os rendimentos do trabalho constituem a maior parte da renda total das famílias, a precariedade laboral ameaça diretamente, nesse sentido, esse pilar de sustentação, transformando o trabalho, que deveria ser fonte de dignidade, em um vetor de ansiedade e instabilidade.

A desigualdade estrutural latino-americana, descrita pela CEPAL na obra “The social inequality matrix in Latin America”, não é um fenômeno acidental, mas uma característica que se reproduz através de uma estrutura produtiva heterogênea. A concentração de empregos em setores de baixa produtividade resulta em baixos salários e acesso restrito à proteção social. Esse cenário enfraquece a relação macroeconômica tradicional descrita pela “Lei de Okun”, que postula uma relação inversa entre crescimento do PIB e desemprego. Ou seja, na América Latina, a resposta do desemprego é mais fraca do que em economias avançadas, indicando que na região é necessário um crescimento mais alto para alcançar reduções substanciais na taxa de desemprego.

Os desafios são consideráveis. “Em Tendencias mundiales, pandemia de COVID-19 y desafios de la inclusión laboral en América Latina y el Caribe”, Jürgen Weller analisou cinco grandes tendências globais que redefinem os mercados de trabalho na América Latina: a reconfiguração da globalização; a transição demográfica (envelhecimento populacional); a revolução tecnológica; a mudança climática; e a crescente heterogeneização das relações de trabalho. O autor conclui que o impacto dessas tendências é profundamente desigual. O envelhecimento populacional pressiona os sistemas de proteção social, forçando muitos idosos sem acesso a uma aposentadoria digna a permanecerem ativos no mercado de trabalho, majoritariamente no setor informal. A mudança tecnológica, embora implementada de forma mais lenta na região, tende a aprofundar as desigualdades devido às acentuadas brechas em habilidades digitais entre diferentes grupos socioeconômicos.

Como demonstrado por A. Pizzo no estudo “Literature Review of Empirical Studies on Okun’s Law in Latin America and the Caribbean”, a heterogeneidade econômica da região faz com que o crescimento nem sempre se traduza na geração de empregos formais de qualidade, limitando a eficácia do crescimento econômico como motor único de bem-estar social. A análise torna-se ainda mais crítica quando aplicamos as lentes da interseccionalidade, observando como os eixos de gênero e raça moldam as oportunidades.

Pobreza, cor e gênero

Dados da CEPAL revelam que a pobreza na América Latina possui cor e gênero definidos. As mulheres indígenas e afrodescendentes ocupam a base da pirâmide socioeconômica, enfrentando barreiras duplas que restringem severamente seu acesso ao bem-estar. Mesmo quando superam as barreiras educacionais, as disparidades persistem: mulheres indígenas e afrodescendentes com ensino superior chegam a auferir, respectivamente, apenas 54% e 58% do rendimento de homens não indígenas e não afrodescendentes com a mesma

formação. Essa brecha salarial, somada a taxas de desemprego sistematicamente mais altas, reflete uma exclusão que não é apenas econômica, mas também de reconhecimento e direitos, impactando diretamente a saúde e a satisfação com a vida dessas populações.

Além das clivagens de raça e gênero, o ciclo de vida impõe vulnerabilidades específicas que o mercado de trabalho atual falha em mitigar. Na infância e juventude, a incidência de pobreza é alarmante, comprometendo o desenvolvimento futuro e criando um ciclo intergeracional de desvantagens. Na fase adulta, a tensão entre o trabalho remunerado e as responsabilidades de cuidado recai desproporcionalmente sobre as mulheres, limitando sua autonomia econômica. Já na velhice, a falta de acesso a pensões contributivas — fruto de trajetórias laborais marcadas pela informalidade — força muitos idosos a permanecerem na ativa em condições precárias.

Choques recentes e os efeitos sobre o emprego

Os desafios estruturais mencionados foram exacerbados por choques recentes, notadamente a pandemia de COVID-19, que provocou uma crise sem precedentes nos mercados de trabalho da região. O artigo “COVID-19 in Latin America: The effects of an unprecedented crisis on employment and income”, de Beccaria, Bertranou e Maurizio detalha como a contração do emprego afetou de forma assimétrica os trabalhadores informais e as mulheres. A impossibilidade de realizar teletrabalho para a maioria das ocupações de baixa renda expôs esses trabalhadores tanto ao risco sanitário quanto à perda abrupta de rendimentos. Nesse cenário, as transferências governamentais de emergência foram vitais para evitar um colapso social ainda maior, evidenciando a fragilidade dos mecanismos de proteção baseados exclusivamente na contribuição laboral.

Paralelamente à recuperação pós-pandemia, a região enfrenta as transformações impulsionadas pela mudança tecnológica. A digitalização e a automação estão reconfigurando a demanda por trabalho, gerando uma polarização que favorece ocupações de alta qualificação em detrimento das intermediárias. O surgimento do trabalho em plataformas digitais, embora crie novas oportunidades, frequentemente replica as condições históricas de precariedade e falta de proteção social. A “exclusão digital”, caracterizada por brechas no acesso à internet e nas habilidades digitais, ameaça aprofundar as desigualdades existentes, abandonando aqueles que não conseguem se adaptar à nova economia. Estudos de Lanzara e Castro sobre mudanças tecnológicas e proteção social no contexto da pandemia, apontam para a urgência de adaptar os sistemas de formação profissional a essa nova realidade.

Diante desse quadro complexo, torna-se evidente que políticas públicas fragmentadas são insuficientes. A construção de um desenvolvimento inclusivo requer sistemas de proteção social universais que integrem componentes contributivos e não contributivos. É fundamental fortalecer a proteção social não contributiva para garantir um piso de dignidade, independentemente da trajetória laboral, conforme defendido por Abramo, Cecchini e Ullmann no artigo “Addressing health inequalities in Latin America: the role of social protection”.

Simultaneamente, é necessário desenhar políticas ativas de emprego que promovam a qualificação profissional e a inserção produtiva, com um recorte transversal de gênero e raça que enfrente as raízes da discriminação. Como aponta a literatura, as condições objetivas são um ponto de partida essencial para a percepção de bem-estar e felicidade dos latino-americanos. Nesse sentido, a geração de emprego qualificado, distribuído de forma mais equânime nos países, funcionaria como um importante vetor de bem-estar subjetivo na região.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L.; CECCHINI, S.; ULLMANN, H. 2020. Addressing health inequalities in Latin America: the role of social protection. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1587-1598. Disponível em <https://www.scielo.org/pdf/csc/2020.v25n5/1587-1598/en> . Acessado em 12/12/2025

BECCARIA, L.; BERTRANOU, F.; MAURIZIO, R. 2022. COVID-19 in Latin America: The effects of an unprecedented crisis on employment and income. *International Labour Review*, Genebra, v. 161, n. 1, p. 87-110. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35603262/> Acessado em 12/12/2025

CAMPETTI, Pedro Henrique de Moraes; ALVES, Tiago Wickstrom. 2015. Economia da felicidade: estudo empírico sobre os determinantes da felicidade em países selecionados da América Latina. *Pesquisa & Debate*, SP, volume 26, número 1(47) pp.99-123, jan-mar. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/16196> Acessado em 12/12/2025.

CARIBBEAN, Economic commission for Latin America and the (ECLAC). 2016. The social inequality matrix in Latin America. Santiago: ECLAC. Disponível em <https://www.cepal.org/en/publications/40710-social-inequality-matrix-latin-america> . Acessado em 14/12/2025.

LANZARA, A. P.; CASTRO, M. H. de O. 2024. Mudanças tecnológicas, trabalho e desigualdades na América Latina: repensar as alternativas de proteção social no pós-pandemia. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo. vol. 29. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cgpc/a/WfVmNMXC5ppwK4qk7hbmMwv/?format=html&lang=pt> . Acessado em 12/12/2025.

LAYARD, Richard. Happiness: Lessons from a New Science. Grã-Bretanha: Editora Allen Lane, 2005.

PIZZO, A. 2019. Literature Review of Empirical Studies on Okun's Law in Latin America and the Caribbean. Genebra: International Labour Office. Employment Working Paper no. 252. Disponível em https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40ed_emp/%40ifp_skills/documents/publication/wcms_734508.pdf Acessado em 10/12/2025

WELLER, J. 2022. Tendencias mundiales, pandemia de COVID-19 y desafíos de la inclusión laboral en América Latina y el Caribe. Santiago: ECLAC. Disponível em <https://www.cepal.org/es/publicaciones/48610-tendencias-mundiales-pandemia-covid-19-desafios-la-inclusion-laboral-america> Acessado em 12/12/2025





ENTREVISTA

GRACIELA TONON

“PRECISAMOS PENSAR EM NOSSOS PRÓPRIOS INDICADORES QUE RESPONDAM ÀS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, POLÍTICAS, CULTURAIS E ECONÔMICAS DE NOSSA REGIÃO”

Professora e pesquisadora argentina, Graciela Tonon defende uma abordagem multidimensional nos estudos sobre o bem-estar na América Latina

Há duas décadas, a professora Graciela Tonon tem se dedicado ao estudo do bem-estar e da qualidade de vida e, principalmente, à maneira pela qual podemos compreender esses fenômenos na América Latina. Doutora e mestra em ciência política e assistente social, Graciela é diretora do Instituto de Estudos Sociais da Universidade Nacional de Lomas de Zamora e do Centro de Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade de Palermo, ambos na Argentina.

Para Graciela, os estudos sobre a qualidade de vida deveriam “priorizar as potencialidades das pessoas sobre as suas carências”. Em sua proposta metodológica, a professora argentina argumenta que os indicadores utilizados no Norte Global para mensurar a qualidade de vida “foram pensados considerando as características sociais, políticas, econômicas e culturais daquele contexto”, motivo pelo qual, muitas vezes, não explicam com precisão a realidade latino-americana.

Integrante da Sociedade para Estudos da Qualidade de Vida e coordenadora de Grupos Temáticos e Redes Regionais da Associação

para o Desenvolvimento Humano e Capacidades, Graciela Tonon é a editora da coleção International Handbooks of Quality of Life e, este ano, recebeu o Prêmio Tributo como pioneira em reconhecimento à sua profunda visão e dedicação ao desenvolvimento dos estudos sobre qualidade de vida. A seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao Cadernos Informa.

A região da América Latina é citada frequentemente como a área com maior desigualdade do mundo, enfrentando problemas como estruturas produtivas não diversificadas, lacunas no bem-estar e violência. Em sua opinião, qual é o fator definidor mais urgente que os estudos sobre qualidade de vida na América Latina?

Para estudar a desigualdade em nossa região, já não se pode considerar apenas a dimensão econômica, mas sim é necessário considerar também distintos tipos de desigualdades: a desigualdade de gênero; as desigualdades étnicas e raciais; as desigualdades relacionadas com o ciclo de vida, especialmente a infância, a juventude e a terceira idade; as desigualdades territoriais.

Estas dimensões se entrecruzam e se potencializam entre si, afetando particularmente certos grupos populacionais. Neste cenário, os estudos sobre qualidade de vida teriam que estar destinados a abordar essas dimensões das desigualdades.

A senhora tem defendido uma visão multidimensional da qualidade de vida. Poderia falar um pouco sobre este enfoque?

Cabe aqui primeiro definir o conceito de qualidade de vida, já que esse conceito tem sido utilizado com distintas definições. Se quisermos falar de qualidade de vida a partir da proposta teórica geral, não poderíamos apenas nos dedicar ao estudo da saúde física ou mental, ou ao estudo das condições econômicas. Na minha perspectiva, a qualidade de vida apresenta uma nova possibilidade teórica que nos leva a priorizar as potencialidades das pessoas sobre as suas carências, a partir de uma perspectiva comunitária que inclui uma análise sociopolítica do contexto. Neste cenário, a pessoa tradicionalmente considerada como objeto de estudo se converte, então, em protagonista. Atualmente, a qualidade de vida é concebida como um conceito multidimensional, que compreende um número de dimensões consideradas com diferentes pesos por cada pessoa em relação à importância que a pessoa atribui a cada uma delas.

Estudos indicam que os latino-americanos relatam altos níveis de bem-estar subjetivo em relação aos seus níveis de renda, um fenômeno frequentemente denominado “paradoxo Latino”. Em sua opinião, o que explica esta resiliência subjetiva diante de profundas desigualdades na região?

A América Latina tem uma história de desigualdades e, para além do econômico, nossa vida cotidiana se sustenta nas relações sociais e pessoais e nos vínculos que elas geram, e este comentário não é apenas pessoal, mas sim dos resultados de projetos de investigação que realizamos ao longo das duas últimas décadas, inclusive durante a pandemia de COVID-19.

Na nossa região, as pessoas conhecem e se relacionam com outras pessoas no bairro, no trabalho, nas organizações em que desenvolvem sua vida cotidiana. As relações sociais podem oferecer apoio e suporte, e isso contribui para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Como uma relação pessoal pode afetar a qualidade de vida?

Um tipo de relação que em particular se destaca é a amizade. Um amigo pode atuar como uma pessoa que compreende, um crítico, um conselheiro e um companheiro. Além disso, ter uma nova amizade ajuda as pessoas a se adaptarem a um novo ambiente social. Nossos estudos mostram uma estreita relação entre a amizade e o apoio social, bem como a importância que a amizade tem na qualidade de vida das pessoas. Neste sentido, cabe destacar que a amizade sempre foi um símbolo cultural na América Latina e no Caribe.

A construção de indicadores tem se centrado tradicionalmente em obter generalizações isoladas do contexto sócio-histórico, mas a senhora adere à tendência de construir indicadores por região. Por que as metodologias e indicadores de qualidade de vida desenvolvidos originalmente para o Norte Global falham ao tentar capturar a realidade a dinâmica da América Latina?

Para estudar a qualidade de vida é necessário que consideremos o ambiente material da vida das pessoas e seu ambiente psicossocial baseado na experiência e na avaliação que cada pessoa tem de sua situação, incluindo medidas positivas, negativas e uma visão global da vida da pessoa que se denomina satisfação vital. A história mostra que, na utilização tradicional dos sistemas de indicadores estatísticos, vistos como representações da realidade, o interesse tem se centrado em alcançar generalizações, e este processo, na maioria dos casos, tem apresentado os indicadores de forma isolada de seu contexto histórico-social de desenvolvimento.

De que maneira exatamente estes indicadores tradicionais não se adequam à realidade latino-americana?

O professor Richard Estes (Universidade da Pensilvânia) nos alertou que os indicadores sociais são medidas diretas dos fenômenos que pretendem medir, mas também são medidas indiretas de outros fenômenos, sempre mais complexos, que não podem ser medidos diretamente. Os indicadores utilizados no Norte Global foram pensados considerando as características sociais, políticas, econômicas e culturais desse contexto, o qual resulta diferente do nosso, razão pela qual, se utilizarmos esses indicadores em nossa região, não seria correto dizer simplesmente que eles falham, mas sim que seria necessário explicar que não são os indicadores adequados para estudar nossa realidade.

Qual a alternativa?

Nós precisamos pensar em nossos próprios indicadores que respondam às características sociais, políticas, culturais e econômicas, de nossa região. No caso dos indicadores usados para estudar a qualidade de vida, quando esses indicadores são adaptados de um contexto para serem utilizados em outro, seu grau de generalidade aumenta e sua precisão diminui.

O seu trabalho e o de seus colegas na Argentina demonstram que as condições de vida estão intimamente ligadas às etapas de desenvolvimento e resultam em fragmentação social e territorial. Poderia explicar como a geografia da desigualdade na América Latina afeta o bem-estar?

Os bairros onde as pessoas vivem podem ser interpretados como seus lugares de pertencimento diário, que influenciam substancialmente em sua qualidade de vida, sendo importante então falar da habitabilidade, que é o requisito humano para a amenidade social, a saúde e o bem-estar, tanto individual quanto comunitário. Hoje podemos identificar desigualdades relacionadas com os

lugares onde as pessoas vivem, sejam espaços urbanos ou rurais. Nas cidades, a lacuna de renda se ampliou, a disparidade aumentou e os subúrbios foram amplamente reclassificados segundo grupos sociais, origens étnicas e culturais. Ou seja, podemos identificar grupos que experimentam simultaneamente desigualdades espaciais e intersetoriais. As desigualdades espaciais são diferenças no desenvolvimento associadas a características locais, como a distância, a alta densidade ou a deficiente dotação de infraestrutura municipal.

O modelo conceitual que a senhora propõe relaciona a qualidade de vida com o estudo das desigualdades, utilizando o enfoque nas capacidades humanas. Qual é a relação entre qualidade de vida e capacidades humanas?

Refiro-me à proposta teórica do Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen que considera as pessoas como atores que provocam mudanças. Este enfoque propõe que as pessoas têm capacidades, definidas como as habilidades reais da pessoa para alcançar desempenhos valiosos como parte de sua vida. E as capacidades humanas que uma pessoa realmente tem não são apenas as que se enunciam teoricamente, mas também da natureza das instituições sociais de cada país, as quais podem ser fundamentais para o exercício das liberdades individuais, e é nesse sentido que o Estado e a sociedade não podem fugir à sua responsabilidade. O enfoque das capacidades está, além disso, diretamente relacionado com a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas, ao mesmo tempo que exerce uma influência indireta sobre a produção econômica e o processo de mudança social.

Por que a satisfação com a transparência das decisões governamentais e as políticas de governo é um componente indispensável para medir a qualidade de vida na região?

Seguindo novamente a Sen, diremos que as respostas dos governos deveriam estar em relação às necessidades das pessoas e com as garantias

de transparência, as quais são definidas pelo autor como a necessidade de franqueza que as pessoas podem esperar e a garantia de divulgação de informação com clareza, garantias estas que cumprem um papel fundamental na prevenção da corrupção. Sen também nos fala do importante papel das instituições nos países democráticos e nos alerta que não podemos simplesmente considerar que as instituições são recursos mecânicos para alcançar o desenvolvimento, mas sim que elas dependem da utilização das oportunidades de participação que elas possibilitam, bem como da formação de valores em uma sociedade.

Como esta visão se relaciona com o contexto latino-americano?

As atuais circunstâncias que atravessa nossa região e também o planeta nos chamam a mudar aquela visão tradicional acerca das políticas, consideradas apenas como uma resposta do estado às necessidades ou às demandas da população, para avançar em uma nova visão, mais ampla, flexível e inclusiva, baseada no respeito aos direitos humanos e que se caracterize pela tendência ao

desenvolvimento de uma cidadania que inclua não só o reconhecimento sociopolítico, mas que também o sociocultural.

REFERENCIAS

ESTES, R. 2005. Global Change and Indicators of Social Development. En M. Weill (Ed.) The Handbook of Community Practice (pp. 508-528). Thousand Oaks. Sage Publications. Disponível <https://repository.upenn.edu/handle/20.500.14332/47323>. Acessado em 12/12/2025

SEN, A. 2000. Desarrollo y Libertad. Planeta. Bogotá.

Tonon, G. 2021 Student's Quality of Life at the University: A Qualitative Study. Applied Research in Quality of Life 16 (4):1517-1535 <https://doi.org/10.1007/s11482-020-09827-0> Acessado em 12/12/2025.

TONON, G. 2008. Los estudios sobre Calidad de Vida en la Aldea Global, en América Latina y en Argentina. Revisión conceptual, avances y desafíos. En: Lucero, P. (Ed.), Territorio y Calidad de Vida, una mirada desde la Geografía Local, Grupo de Estudios sobre Población y Territorio, Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Mar del Plata. EUDEM. Pp. 25-40.

TONON, G. 2003. Calidad de vida y desgaste profesional: una mirada del síndrome del burnout. Buenos Aires: Espacio. Colección General 3er.

MEIO AMBIENTE, SEGREGAÇÃO URBANA E BEM-ESTAR

Com heterogeneidade na distribuição de áreas verdes e custos sociais da desordem, planejamento equitativo é a chave para uma melhor qualidade de vida

A pesquisa do Instituto Informa sobre bem-estar e qualidade de vida na América Latina mostra um dado contundente. Cerca de 81% da população dessa região concorda totalmente ou em parte que “menor poluição e cidades mais arborizadas proporcionam mais saúde”. Essa percepção ilustra um conhecimento identificado em diversos estudos acadêmicos nos últimos anos. Áreas verdes funcionam como espaços de desconpressão, estimulando interações sociais e uma vida mais equilibrada

As pesquisas apontam, contudo, que, na América Latina, a intersecção entre o meio ambiente e a dinâmica urbana configura um campo complexo, marcado por profundas contradições com impactos na qualidade de vida e no bem-estar da população. A principal tensão, segundo a literatura, reside no persistente descompasso entre as aspirações de sustentabilidade, frequentemente consagradas em documentos legais, e a manutenção de modelos econômicos e de planejamento que se revelam intrinsecamente extrativistas e com profundas desigualdades.

Em grande medida, o tecido social e ambiental da região é moldado por decisões que se manifestam de forma ambivalente: se, por um lado, o planejamento urbano deliberado pode introduzir elementos de bem-estar como os parques públicos, por outro, a concentração populacional e a carência de uma abordagem estatal abrangente perpetuam a segregação e a degradação, tanto em áreas rurais,

por meio de economias ilícitas, quanto em vastos setores das metrópoles. Esta dicotomia entre o ideal normativo e a realidade da implementação prática constitui o núcleo dos desafios socioambientais latino-americanos.

Disparidade no acesso ao bem-estar urbano

A maneira como o urbanismo se manifesta na América Latina expõe as disparidades sociais e a fragilidade do planejamento em face do crescimento acelerado. A disponibilidade de espaços verdes nas cidades, um indicador tangível de qualidade de vida, está intimamente ligada a decisões políticas e a fatores socioeconômicos, e não apenas a condicionantes climáticas. O estudo “Potential drivers of urban green space availability in Latin American cities”, conduzido por Bakhtsiyarava, examinou a disponibilidade de espaços verdes urbanos em 371 grandes cidades da América Latina. O estudo revelou uma complexa interação de fatores naturais e socioeconômicos que define a “geografia verde” da região.

Em um continente onde mais de 80% dos residentes são urbanos, enfrentando uma urbanização acelerada e desigualdade social, o papel do UGS na regulação da temperatura, redução da poluição e promoção da saúde mental e física é crucial. Curiosamente, a pesquisa demonstrou

que o clima se apresenta como o principal fator na determinação da quantidade total de vegetação, exercendo a maior influência em comparação com o ambiente construído ou as características socioeconômicas da cidade. Cidades em zonas áridas, por exemplo, apresentam menor quantidade de espaços verdes vegetados, indicando um desafio fundamental na capacidade dessas cidades de empregar soluções baseadas na natureza para mitigar o calor e promover a saúde.

No entanto, essa escassez de áreas verdes naturais em cidades áridas é frequentemente compensada por um maior número de parques urbanos por habitante, sugerindo um esforço de planejamento intencional para criar espaços de lazer e recreação onde a vegetação nativa pode não ser ideal para uso recreativo. Em um contexto em que o bem-estar está intrinsecamente ligado à coesão social e ao ambiente, o estudo de Bakhtsiyarava alerta que a heterogeneidade e a desigualdade na distribuição dos espaços verdes podem acentuar a vulnerabilidade climática das populações mais desfavorecidas, especialmente nos assentamentos informais.

Portanto, a expansão bem-sucedida de soluções verdes para as cidades latino-americanas exige uma abordagem contextualizada que vá além dos objetivos ambientais, priorizando a equidade e a gestão da qualidade desses espaços para garantir benefícios holísticos para todos os habitantes.

Outros estudos, contudo, mostram que a mera dotação de equipamentos ou a expansão da infraestrutura nem sempre se traduz em maior integração ou qualidade de vida a depender da cidade. A pesquisa "Integración urbana y calidad de vida: disyuntivas en contextos metropolitanos nas áreas metropolitanas do Chile" indicou, por exemplo, que a integração urbana não se correlaciona necessariamente com uma melhor qualidade de vida.

Embora a dimensão de conectividade e mobilidade tenha apresentado uma correlação moderada com o Índice de Qualidade de Vida Urbana, as

condições socioculturais e a habitação e o entorno demonstraram correlações mais fracas ou sem significância estatística. Essa constatação é vital, pois levanta o questionamento sobre a eficácia de apenas prover bens e serviços, sem abordar as questões estruturais de vulnerabilidade e precariedade habitacional. Em áreas da cidade de Santiago, por exemplo, comunas com alto acesso a equipamentos centrais paradoxalmente apresentam baixo desempenho em qualidade de vida devido à precariedade da moradia e à superlotação.

Segregação e desordem

O impacto do processo de urbanização acelerado na América Latina, frequentemente desacompanhado de planejamento equitativo, resultou na proliferação de assentamentos precários e na segregação espacial, ambos com efeitos sobre o bem-estar e a qualidade de vida da população. O estudo "Urban primacy and slum prevalence in Latin American and Caribbean countries in the 1990-2020 period" identificou uma relação positiva e significativa entre a primazia urbana — a concentração populacional na maior cidade de um país — e a taxa de bairros periféricos. A primazia urbana mais elevada, portanto, está associada a uma maior prevalência de assentamentos precários, sugerindo que o desenvolvimento de uma única cidade superdimensionada pode não ser benéfico para o desenvolvimento da região. A redução da taxa de bairros periféricos, por sua vez, está associada positivamente ao aumento da renda (PIB per capita) e ao investimento público em habitação e capital humano.

Nesse contexto de segregação, a própria qualidade do entorno urbano, que engloba tanto componentes objetivos quanto subjetivos de satisfação, é afetada pela desordem física e social. Segundo a revisão de literatura "Physical and social neighborhood disorder in Latin American cities: a scoping review", realizada por Magalhães e colegas, a desordem na vizinhança — sinais visíveis de negligência e degradação — demonstrou impactar negativamente

diversos desfechos de saúde e bem-estar, como a percepção de insegurança, o medo do crime e a satisfação com a vida. Em bairros segregados, a carência de espaços públicos e equipamentos urbanos, bem como a degradação dos existentes, afetam a socialização e a geração de oportunidades.

A resposta a esses desafios urbanos passa, em parte, pelo urbanismo social, conforme refletido na revisão de Martínez López, "El urbanismo como estrategia para el mejoramiento de la calidad de vida en barrios segregados". A estratégia, exemplificada em cidades como Medellín, busca a equidade territorial ao privilegiar intervenções estatais em zonas periféricas, dotando-as de equipamentos básicos (saúde, educação, recreação) para gerar um senso de pertencimento e inclusão. No entanto, o autor pondera que, embora tais intervenções sejam úteis para melhorar os espaços, os problemas sociais mais profundos demandam um acompanhamento integral, não podendo ser resolvidos unicamente pelo urbanismo.

A lógica extrativista: do narcotráfico à transição verde

As contradições do desenvolvimento na América Latina não se limitam ao ambiente urbano; elas se projetam de forma contundente nas áreas rurais e extrativistas, onde o bem-estar e a conservação se tornam vítimas de lógicas econômicas predatórias. A luta contra o narcotráfico, por exemplo, é inseparável da política de conservação ambiental. O estudo "A spatial regression analysis of Colombia's narcodeforestation with factor decomposition of multiple predictors" confirmou uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a expansão do cultivo de coca e o desmatamento na Colômbia, com um forte impacto nas regiões do Pacífico e Andina. Os autores identificaram, inclusive, "efeitos de transbordamento" (spillover effects), nos quais o desmatamento se estende a municípios vizinhos, impulsionado pela necessidade de rotas de tráfico, pistas de pouso e lavagem de dinheiro por meio da pecuária extensiva.

A mitigação, nesse cenário, exige uma abordagem que vá além da erradicação forçada, incorporando programas de desenvolvimento rural sustentável com alternativas econômicas viáveis.

Paradoxalmente, a própria transição para uma economia global "verde" tende a perpetuar essa lógica extrativista e seus riscos sociais associados. A pesquisa "Selected social impact indicators influenced by materials for green energy Technologies" avaliou os impactos sociais da mineração de materiais críticos (como lítio, cobalto e zinco) para tecnologias de energia verde, revelando que a extração desses minerais acarreta os maiores riscos sociais, incluindo altas taxas de trabalho infantil, emprego informal e condições de trabalho precárias. A demanda crescente por esses materiais pode, portanto, agravar riscos sociais já endêmicos em países como Bolívia, intensificando a exploração de mão de obra e a desigualdade nas comunidades mineradoras.

A fragilidade das cadeias produtivas tradicionais frente às mudanças climáticas agrava o quadro. Varma e colegas examinaram esse tema em "Socio-economic factors constrain climate change adaptation in a tropical export crop". Eles projetam que o aumento das temperaturas resultará em uma redução de 60% na área considerada adequada para a produção de banana para exportação na América Latina e no Caribe. Contudo, a adaptação por meio da realocação para novas áreas climaticamente ótimas (como no sul do Brasil) é inviável sem investimentos massivos em migração de mão de obra, expansão da irrigação e nova infraestrutura de transporte e portuária. A capacidade de adaptação, portanto, é severamente limitada por restrições socioeconômicas.

Não obstante, o estudo "A review of policy strategies around the world through the lens of Wellbeing, Inclusion, and Sustainability" revela uma contradição central: as estratégias de desenvolvimento econômico desses países permaneceram fortemente dependentes de modelos extrativistas, como a exploração de

petróleo e a mineração, que conflitam diretamente com os princípios que as próprias legislações pregam.

Essa dissonância evidencia a dificuldade de promover uma transformação sistêmica genuína, onde as aspirações de bem-estar e sustentabilidade frequentemente se chocam com a realidade de um modelo econômico consolidado. A implementação e a continuidade dessas políticas alternativas demonstram ser altamente dependentes da volatilidade política.

Em última análise, a América Latina enfrenta a necessidade imperiosa de conciliar a percepção pública sobre o clima com o planejamento urbano equitativo e de romper com a dependência de modelos extrativistas, sejam eles lícitos ou ilícitos. A transição para um futuro que priorize o bem-estar e a sustentabilidade exige a resolução da contradição entre as estruturas legais progressistas. Somente uma abordagem interdisciplinar, que integre a psicologia social, o planejamento territorial e a economia política, poderá propor soluções mais coesas e eficazes para os complexos desafios que definem a interconexão entre meio ambiente, urbanismo e bem-estar na região.

REFERÊNCIAS

BAKHTSIYARAVA, Maryia; MORAN, Mika; JU, Yang; ZHOU, Yuquan; RODRIGUEZ, Daniel A.; DRONOVA, Iryna; PINA, Maria de Fatima Rodrigues Pereira de; MATOS, Vanderlei Pascoal de; SKABA, Daniel Albert. 2024. Potential drivers of urban green space availability in Latin American cities. *Nature Cities*. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s44284-024-00162-1>. Acessado em 10/06/2025.

KORMANN DA SILVA, Nicole; LAMPROPOULOS, Dimitrios; SCHRIJVER, Inge; ARNTZEN, Jaap; CUI, Lin; ZHU, Junming. 2023. A review of policy strategies around the world through the lens of Wellbeing, Inclusion, and Sustainability. *ZOE Institute for Future-fit Economies*. Disponível em: <https://www.wisehorizons.world>. Acessado em 06/11/2025.

MAGALHÃES, Amanda Silva; ANDRADE, Amanda Cristina de Souza; MOREIRA, Bruno de Souza; LOPES, Adalberto Aparecido dos Santos; CAIAFFA, Waleska Teixeira. 2023. Physical and social neighborhood disorder in Latin American cities: a scoping review. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37729304/>. Acessado em 06/11/2025.

MARTÍNEZ LÓPEZ, José David. 2019. El urbanismo como estrategia para el mejoramiento de la calidad de vida en barrios segregados. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/9113547.pdf>. Acessado em 06/11/2025.

OBACO, Moisés; DÍAZ-SÁNCHEZ, Juan Pablo; LANCHIMBA, Cintya. 2024. Urban primacy and slum prevalence in Latin American and Caribbean countries in the 1990-2020 period. *Investigaciones Regionales – Journal of Regional Research*. Disponível em: <https://doi.org/10.38191/iirr-jorr.24.052>. Acessado em 10/11/2025.

OMUSE, Evanson R.; TONNANG, Henri E. Z.; YUSUF, Abdullahi Ahmed; MACHEKANO, Honest; EGONYU, James Peter; KIMATHI, Emily; MOHAMED, Samira Faris; KASSIE, Menale; SUBRAMANIAN, Sevgan; ONDITI, Juliet; MWANGI, Serah; EKESI, Sunday; NIASY, Saliou. 2024. The global atlas of edible insects: analysis of diversity and commonality contributing to food systems and sustainability. *Scientific Reports*. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-024-55603-7>. Acessado em 10/06/2025.

RAHIMPOUR, Saeed; EL-WALI, Mohammad; MAKARAVA, Iryna; TUOMISTO, Hanna L.; LUNDSTRÖM, Mari; KRASLAWSKI, Andrzej. 2024. Selected social impact indicators influenced by materials for green energy technologies. *Nature Communications*. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41467-024-53652-0>. Acessado em 10/06/2025.

RIVADENEYRA, Perla; SCACCIA, Luisa; SALVATI, Luca. 2023. A spatial regression analysis of Colombia's nocodeforestation with factor decomposition of multiple predictors. *Scientific Reports*. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-023-40119-3>. Acessado em 20/10/2025.

SPEKTOR, Matias; FASOLIN, Guilherme N.; CAMARGO, Juliana. 2023. Climate change beliefs and their correlates in Latin America. *Nature Communications*. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41467-023-42729-x>. Acessado em 15/10/2025.

VARMA, Varun; MOSEDALE, Jonathan R.; GUZMÁN ALVAREZ, José Antonio; BEBBER, Daniel P. 2025. Socio-economic factors constrain climate change adaptation in a tropical export crop. *Nature Food*. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s43016-025-01130-1>. Acessado em 10/06/2025.

VICUÑA, Magdalena; ORELLANA, Arturo; TRUFFELLO, Ricardo; MORENO, Daniel. 2019. Integración urbana y calidad de vida: disyuntivas en contextos metropolitanos. *Revista INVI*. Santiago, v. 34, n. 97, p. 17-47. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-83582019000300017>. Acessado em 15/10/2025.



ENTREVISTA

GABRIELA CARDOSO

"A INSEGURANÇA PODE ALTERAR COMPORTAMENTOS, PRÁTICAS, ROTINAS, MODIFICANDO A PRÓPRIA RELAÇÃO COM O ESPAÇO PÚBLICO"

Pesquisadora brasileira Gabriela Cardoso estuda os impactos da violência e do medo na América Latina

A América Latina detém o título sombrio de ser a região mais violenta do mundo, com taxas de homicídio que superam em muito as médias globais e com o crime organizado redefinindo fronteiras e a vida cotidiana. Neste cenário de insegurança crônica, o custo da violência se estende muito além das perdas materiais e das estatísticas de criminalidade: ele se infiltra na política, corrói a confiança nas instituições, altera a maneira mais básica com que os cidadãos interagem com suas cidades, produzindo efeitos profundos na qualidade de vida e no bem-estar das pessoas.

Para desvendar as complexas camadas desse fenômeno, o Cadernos Informa entrevistou a doutora Gabriela Ribeiro Cardoso, especialista em Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas e Opinião Pública (NIPP/UFSC) e do INCT Representação e Legitimidade Democrática (ReDem), sediada na Universidade Federal do Paraná, no Brasil. Gabriela tem se dedicado a mapear os impactos da vitimização e do medo do crime na legitimidade democrática da região. Em seus estudos, ela traça um panorama que distingue a violência concreta (a vitimização) da experiência subjetiva do crime (o medo e a insegurança).

Em parceria com outros colegas, Gabriela publicou recentemente na *Brazilian Political Science Review* uma pesquisa em que demonstra que a violência funciona como um motor de desconfiança. Para a cientista política, a ameaça constante da violência não apenas afeta a saúde mental, mas também impõe uma "geografia da desigualdade", onde o próprio território de residência e fatores como raça, gênero e idade amplificam a sensação de vulnerabilidade. Nesta entrevista, Gabriela também aborda a urgência de políticas públicas que vão além do policiamento repressivo, focando em serviços básicos e infraestrutura como elementos cruciais para mitigar a sensação de insegurança.

Qual o panorama da violência na América Latina hoje? Há um padrão no tipo de violência que enfrentamos ou podemos falar em especificidades entre os países da região?

A América Latina é a região mais violenta no mundo, concentrando a maior taxa de homicídios, sendo esta aproximadamente dez vezes superior à da Europa, por exemplo. Assim, existem aspectos que são compartilhados entre os países, mas também distinções importantes de serem mencionadas. A existência do crime organizado, bem como a violência e as disputas ligadas a ele, consistem em uma marca importante da região. Outro aspecto em comum das mortes violentas é a grande

proporção dos assassinatos cometidos por arma de fogo, que atingem predominantemente os homens jovens e negros.

A senhora destacaria algum país em específico?

No caso dos países com altas taxas de homicídios, destaca-se o caso do Equador, cujas taxas cresceram cerca de 500% de 2016 a 2022. Por outro lado, também existem países que possuem taxas de homicídio moderadas ou baixas para o padrão da América Latina, mas lideram em vitimização por crimes como roubos, furtos, como é o caso da Argentina. Portanto, existem também diferenças relevantes entre os países a serem consideradas.

Qual outra diferença a senhora destacaria?

Ao tratar da violência na região, também considero relevante distinguir entre a violência concreta, que abarca as próprias experiências das pessoas de serem vítimas de um crime, denominada de vitimização, da experiência mais subjetiva do crime, conectada à insegurança e ao medo. No geral, podemos salientar que a insegurança é um aspecto marcante da América Latina que está fortemente conectada às experiências concretas da violência, mas também abarca outros fatores e possui desdobramentos em diferentes dimensões sociais e políticas na região.

Seu mais recente artigo, em parceria com o professor Julian Borba, vocês destacam os impactos prejudiciais da vitimização e do medo do crime na legitimidade democrática. Poderia explicar como seria essa relação e quais as suas consequências?

No artigo que publicamos na Brazilian Political Science Review, nós tratamos da relação entre violência e legitimidade democrática, a partir da análise de dados de pesquisa de opinião do Barômetro das Américas para 17 países da América Latina. A partir desse estudo, nós identificamos um efeito negativo tanto da vitimização quanto do

meio do crime na legitimidade democrática, ou seja, a violência reduziu a confiança nas instituições e o apoio em termos mais gerais à democracia.

Como exatamente?

A desconfiança nas instituições pode gerar um ceticismo sobre o próprio papel do Estado na resolução de necessidades e demandas que as vítimas do crime passam a ter. Isso pode levar, por exemplo, a busca por mecanismos extrajudiciais para resolução de conflitos.

Em termos de bem-estar e qualidade de vida, como a insegurança física e a ameaça de violência se traduzem em uma deterioração de fatores objetivos, como segurança material, e subjetivos, como saúde mental e relacionamentos sociais?

A insegurança pode alterar comportamentos, práticas, rotinas, modificando a própria relação com o espaço público, com certos bairros e locais da cidade deixando de serem menos frequentados e também pode diminuir vínculos e laços sociais entre as pessoas. Em linhas gerais, as pesquisas que se dedicam ao medo do crime destacam a relevância de aspectos como gênero, raça, idade. Nesse sentido, pesquisas realizadas em diferentes países apontam que as mulheres se sentem mais inseguras do que os homens. Considero que falar violência e qualidade de vida na América Latina é falar acima de tudo sobre as condições nas quais a própria vida em si se desenvolve e também sobre as próprias condições e circunstâncias que a limitam, o que possui um recorte de gênero relevante.

Sua pesquisa dialoga com outros pesquisadores para quem o medo do crime pode se manifestar como uma “ansiedade difusa associada a inseguranças sociais”. Poderia explicar um pouco essa ideia?

Inicialmente, as pesquisas que tratavam do medo do crime enfocavam muito mais no perfil das vítimas, ou seja, quem eram as vítimas e depois passaram a tratar mais dos contextos nos quais as pessoas residiam e nos vínculos que estabeleciam entre si. Posteriormente, principalmente a partir de pesquisadores europeus, passou-se a considerar que o medo pode estar vinculado a processos maiores de transformação social, de preocupação com a própria situação econômica, com a própria saúde e com o futuro. Assim, ansiedades mais gerais também podem se traduzir no medo do crime, ou seja, isso é relevante para compreender que a percepção de insegurança estaria traduzindo também aspectos mais amplos do que o crime em si mesmo.

Quais políticas públicas ou sociais poderiam ser implementadas para mitigar o impacto desse contexto violento no sentimento de segurança e, conseqüentemente, na qualidade de vida nos países da América Latina?

Para tratar dessa questão, gostaria de trazer algumas informações sobre um artigo que eu e os pesquisadores Felipe Matos Monteiro, Ednaldo Ribeiro e Julian Borda desenvolvemos tratando da relação entre violência e políticas públicas no Brasil. Nós verificamos que, de fato, a percepção sobre serviços públicos tais como existência de iluminação pública, áreas de lazer, transporte coletivo, serviços de saúde, podem impactar na insegurança dos brasileiros. Ou seja, identificamos que quanto pior a avaliação sobre os serviços públicos maior a sensação de insegurança. Portanto, para diminuir a percepção de insegurança, é relevante o investimento em políticas públicas e acredito que esta conexão seja importante para os demais países da América Latina.

Como sabemos, a insegurança crônica leva indivíduos a recorrerem a meios privados de proteção. Como a senhora avalia essa questão?

A insegurança pode ter vários desdobramentos em comportamentos, modificação de hábitos e rotinas das pessoas. Então a insegurança pode

modificar o uso espaço público e também ampliar a própria demanda por serviços de segurança privada alterando a própria dinâmica das cidades. Esta alteração pode propiciar, por exemplo, a existência do que a antropóloga Teresa Caldeira denominou de “enclaves fortificados”, ou seja, espaços privatizados destinados a residência, lazer, trabalho, consumo e que possuem como característica fundamental o isolamento físico do restante da cidade por meio de muros, grades, cercas elétricas e sistemas de vigilância privada.

Populações ou grupos que vivem em áreas conflagradas percebem os riscos da violência também de forma diferente?

Um ponto importante desse debate de insegurança e medo do crime consiste em considerar o próprio contexto no qual as pessoas vivem, ou seja, não apenas quem elas são, mas também em quais locais elas vivem. Em áreas conflagradas, a violência torna-se um elemento recorrente no cotidiano da população que convive, muitas vezes, com disputas constantes de território e com a ausência de serviços básicos do Estado. Os moradores podem adotar comportamentos e práticas mais protetivas constantemente, evitando determinados locais e horários específicos, avaliando-os como seguros e inseguros, pois existe de fato uma relação importante entre território e violência. De modo geral, no Brasil residir próximo às áreas violentas contribui para o aumento da percepção de insegurança, o que pode estabelecer ainda uma intersecção com aspectos como raça, gênero e idade.

Poderia explicar um pouco de que maneira poderíamos associar esse tema da insegurança à qualidade de vida dos brasileiros?

Ao tratarmos do caso brasileiro, identificamos a persistência das desigualdades raciais, a influência da própria experiência de vitimização e de residir em áreas violentas como amplificadores da sensação de insegurança. Outro aspecto que se destacou foi a percepção da avaliação dos serviços públicos, como mencionei anteriormente. O estudo

dos fatores associados ao medo do crime pode contribuir no debate sobre a qualidade de vida ao identificar os grupos sociais mais afetados, bem como ao apontar os efeitos de avaliações negativas sobre os serviços públicos na insegurança, o que fomenta também o debate sobre a necessidade de fortalecimento e focalização de políticas públicas.

Para concluir, o que a senhora considera ser o maior desafio para os estudos de bem-estar na América Latina?

A violência na América Latina impacta a qualidade de vida de diversas formas, com desdobramentos sociais e políticos profundos. Considero que o impacto mais básico consiste nas perdas das próprias vidas em si, o que coloca indagações sobre o próprio futuro da região, pois os homicídios atingem de forma desproporcional os mais jovens. Por isso, destaco que os custos da violência são profundos e podem afetar a saúde das pessoas, as perspectivas sobre o futuro, a relação com a cidade, o território e o espaço público, a confiança nas pessoas e nas instituições, a legitimidade democrática e, ter implicações políticas, ao pautarem a disputa eleitoral e o fomento de lideranças populistas e autoritárias. Para muitos

latino-americanos, a violência não é uma questão sobre qualidade de vida, mas se tornou uma questão de sobrevivência que envolve as condições mais básicas nas quais a existência humana pode ocorrer.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. 2003. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Ed. 34 EDUSP.

CARDOSO, Gabriela Ribeiro; BORBA, Julian. 2024. Violence and democratic legitimacy in Latin America: causal mechanisms and contextual effects. Brazilian. Political Science Review 18 (3), 24. Disponível em <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9666/Busca/Download?codigoArquivo=14117&tipoMidia=0>. Acessado em 11/11/2025

CARDOSO, Gabriela Ribeiro; MONTEIRO, Felipe Mattos; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido e BORBA, Julian. 2021. Violência e políticas públicas no Brasil: análise dos condicionantes individuais e contextuais do medo do crime a partir da PNAD-IBGE 2021. Apresentado no 49º Encontro Anual da Anpocs 2025. Disponível em <https://www.encontro2025.anpocs.org.br/trabalho/view?q=eyJwYXJhbXMiOiJ7XCJJRF9UUkFCQUxiT1wiQDU5MlwiSlsImgiOiI2ZDBhOGF2MWRkZWE4Mml2NTEwOGZhYzU4ZGI0OWQ4NSJ9>. Acessado em 11/11/2025.

PNAD-IBGE. Vitimização: sensação de segurança em 2021. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101984>. Acessado em 11/11/2025

A EROSÃO DO BEM-ESTAR: O IMPACTO MULTIFACETADO DA VIOLÊNCIA

Da governança criminal à crise da confiança: segurança objetiva e subjetiva, fatores estruturais e a necessidade de políticas integradas

A persistência crônica da violência na América Latina representa um dos mais graves entraves ao pleno desenvolvimento humano e à consolidação de uma qualidade de vida satisfatória. Embora a região tenha apenas 8% da população global, concentra 31% dos homicídios em todo o mundo, com um índice regional de 19,7 homicídios por 100 mil habitantes em 2024. Essa realidade, quantificável pelas estatísticas criminais que coloca a América Latina como a mais violenta do planeta, transcende, contudo, a dimensão da segurança pública em sentido estrito. Em uma abordagem macro, a violência contribui para o enfraquecimento das instituições, deteriorando a confiança democrática, mas ela também impacta a saúde mental, a qualidade de vida e a liberdade dos indivíduos.

A análise das manifestações e dos fatores causais da violência, em uma perspectiva que integra a capacidade estatal e a ascensão de ordens criminais paralelas, demonstra que o bem-estar são corroídos em diversos níveis. Descobertas empíricas recentes sublinham que a incapacidade estatal de manter o monopólio da força e de fornecer bens públicos essenciais abre espaço para a “governança criminal” — a imposição de regras de conduta por organizações criminosas que coexistem ou se mesclam com as instituições

estatais. Esse arranjo híbrido, analisado por Andreas E. Feldmann e Juan Pablo Luna no estudo “Criminal Governance and the Crisis of Contemporary Latin American States”, representa uma ameaça direta aos direitos fundamentais e ao Estado de Direito. A percepção de desamparo, onde o crime prospera e a justiça falha, transforma a insegurança cidadã em uma ameaça permanente às populações que integram os países da América Latina.

O custo humano: medo crônico e saúde subjetiva

Um conjunto de estudos sobre a violência na América Latina concordam que uma das formas mais grave de violência na região se traduz na imposição de condições espaciais precárias e na negação de necessidades básicas, forçando parcelas significativas da população a viverem à margem. Essa marginalização, fruto de uma urbanização excludente e da omissão estatal, converte-se em insegurança cidadã, que, por sua vez, acarreta a ruptura de vínculos sociais e deteriora a qualidade de vida urbana.

Nesse contexto de erosão da confiança, contudo, é fundamental distinguir com rigor analítico a segurança “objetiva” da segurança “subjettiva”. A segurança objetiva refere-se aos dados e estatísticas criminais oficiais, ao passo que a segurança subjettiva abrange as reações sociais à insegurança, o que inclui as emoções, as cognições e os comportamentos de autoproteção. María Alejandra Otamendi, em sua análise “Seguridad objetiva y subjettiva en América Latina: aclarando la paradoja”, ilustra um paradoxo frequente na região: países com baixas taxas de homicídio, a exemplo de Argentina e Uruguai, podem registrar altos níveis de medo do crime e de vitimização por outros delitos, em patamares comparáveis aos de nações com violência letal substancialmente mais elevada, como a Venezuela.

Esse quadro sugere que a percepção de insegurança não é um mero reflexo mecânico da criminalidade mais grave, mas sim um fenômeno social moldado por experiências, mas também, de forma crucial, pela agenda pública, pelo debate político e pela cobertura da mídia. Essa dissociação tem consequências políticas diretas e profundas, pois a gestão da percepção de insegurança é vital para evitar a erosão da confiança e do bem-estar social e individual.

A crise de legitimidade institucional é um sintoma claro dessa relação disfuncional. Estudos sobre a incidência da violência na qualidade democrática advertem que altos níveis de criminalidade e violência têm uma incidência negativa significativa no Estado de Direito e no desenvolvimento humano, provocando queda da confiança interpessoal e institucional, ou seja, do capital social. Dados empíricos corroboram essa crise, demonstrando que o apoio popular à democracia é afetado pela percepção de insegurança e pela eficácia governamental em combatê-la. Em 2020, por exemplo, um número muito baixo de cidadãos – apenas 28,2% da população na América Latina – confiava que o sistema democrático oferecia proteção eficaz contra o crime. Além disso, a baixa confiança se estende às instituições de

segurança e governo, com a polícia registrando apenas 36% de confiança e o Governo, 27% no mesmo ano (Agudelo e Celis, 2023).

A amplificação midiática do medo contribui para a manutenção desse estado de ansiedade coletiva. Prieto Curiel e colegas analisaram o discurso sobre o crime no X (antigo Twitter) em 18 países latino-americanos. No artigo “Crime and its fear in social media”, os autores concluíram que o conteúdo dos tweets é fortemente enviesado para crimes violentos, como o homicídio – mencionado em cerca de 28% das publicações sobre crime, embora represente uma parcela ínfima dos crimes totais. Essa distorção amplifica a visibilidade dos eventos mais chocantes e, consequentemente, afeta a percepção da realidade criminal. Mais especificamente, a frequência de publicações sobre o tema não se correlaciona bem com as taxas reais de criminalidade de um país, mas está mais fortemente associada aos níveis de medo do crime medidos em pesquisas de opinião pública. O Twitter, nesse sentido, opera menos como um sensor da criminalidade objetiva e mais como um barômetro da ansiedade social e da segurança subjettiva.

O impacto da insegurança sobre o bem-estar manifesta-se também de forma heterogênea, impondo custos diferenciados e mais acentuados a determinados grupos. O estudo de Bentes e colegas investigou a associação entre a percepção de violência na vizinhança e a autoavaliação da saúde em jovens adultos de Belo Horizonte, Brasil. A pesquisa, intitulada “Self-rated health and perceived violence in the neighborhood is heterogeneous between young women and men”, revelou que a correlação com uma pior percepção de saúde permaneceu estatisticamente significativa apenas para as mulheres jovens, mesmo após o ajuste para variáveis de confusão.

Os resultados foram contundentes: para cada aumento de uma unidade na pontuação de violência percebida, as chances de uma mulher jovem avaliar sua saúde como regular ou ruim aumentaram em expressivos 52%. Para os homens jovens, essa associação não foi encontrada. Essa descoberta

sugere que as mulheres são particularmente vulneráveis ao impacto psicossocial da insegurança ambiental, exigindo que as políticas de segurança e saúde considerem o impacto diferenciado da violência percebida e implementem intervenções focadas na melhoria do ambiente físico e social dos bairros. A insegurança, nesse perspectiva, aprofundaria as desigualdades de gênero ao impor um fardo maior sobre a saúde e o bem-estar das mulheres na região.

A arquitetura da violência

Para a literatura especializada, a complexidade da violência latino-americana exige uma compreensão que vá além da simples repressão, focando nas relações interligadas entre o Estado, a criminalidade e as fragilidades institucionais. Feldmann e Luna destacam a fragmentação entre os campos de estudo sobre violência, capacidade estatal e governança criminal. Os autores argumentam, no artigo “Criminal Governance and the Crisis of Contemporary Latin American States”, que a pesquisa sobre capacidade estatal falha em explicar o aumento da violência em nações historicamente estáveis e com instituições percebidas como robustas, como Chile e Uruguai.

A ascensão da governança criminal, onde as organizações ilegais estabelecem ordens sociais paralelas, é um sintoma dessa assimetria de poder. Benjamin Lessing distingue a governança criminal da rebelde, enfatizando que os grupos criminosos atuam enraizados na esfera da governança estatal, como no controle de presídios ou de mercados tornados ilícitos pelo Estado. A variação desse fenômeno é imensa, contrastando, por exemplo, o modelo altamente militarizado de facções no Rio de Janeiro com o sistema disciplinar mais discreto e baseado em códigos de conduta do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo.

Não obstante essa complexa dinâmica de co-governança, a violência na América Latina encontra seu terreno mais fértil nas assimetrias espaciais e socioeconômicas geradas pela

urbanização excludente. David Hidalgo, no estudo “Violência urbana e políticas de segurança: análise em quatro cidades latino-americanas” constata que a violência urbana é acentuada pelas desigualdades sociais, concentrando-se predominantemente nas periferias das cidades. Em um estudo de caso comparativo que incluiu Medellín, Guayaquil, Rio de Janeiro e Curitiba, os autores destacam que a negação de necessidades básicas, que obriga as pessoas a viverem em condições precárias, constitui a mais grave forma de violência estrutural. Como consequência, a desigualdade e a dicotomia exclusão-inclusão convertem o espaço urbano em produtor e cenário de contenção da violência. Essa dinâmica não apenas gera altos índices de delinquência, mas também se traduz diretamente em insegurança cidadã, potencializando a ruptura de vínculos sociais e a deterioração da qualidade de vida.

Fatores estruturais e a fragilidade do tecido social

A persistência da insegurança cidadã é sustentada por fatores estruturais que permeiam a vida econômica e a integridade institucional. O excessivo foco das políticas de segurança na América Latina na repressão ao narcotráfico produziu o efeito não intencional de permitir a consolidação de outros mercados ilícitos. Lucía Dammert e Carolina Sampó, na análise “A evolução do crime organizado na América Latina”, criticam as abordagens punitivas e militarizadas, como o Plano Colômbia e a Iniciativa Mérida, esta realizada no México em 2007, que, ao fragmentarem grandes organizações, resultaram no surgimento de grupos menores, mais violentos e menos controláveis.

As autoras argumentam que atividades como a exploração ilegal de recursos naturais, o tráfico de migrantes e a trata de pessoas se expandiram, em muitos casos, gerando lucros comparáveis ou superiores com menor risco e controle governamental. A exploração ilegal de recursos, em particular, não apenas gera lucros

imensos, mas também causa danos ambientais devastadores, como a contaminação de fontes de água, e violações de direitos humanos, como o deslocamento forçado de comunidades, demonstrando a intersecção da violência criminal com a degradação socioambiental.

No plano individual, a vulnerabilidade econômica emerge como um catalisador fundamental para o comportamento criminoso. O estudo "The Effect of Job Loss and Unemployment Insurance on Crime in Brazil" oferece uma evidência causal rigorosa ao constatar que a perda de emprego aumenta a probabilidade de um indivíduo cometer um crime em 23%, impulsionado quase que inteiramente por trabalhadores jovens e com baixo tempo de serviço. Contudo, a pesquisa revela o papel vital das redes de proteção social: a elegibilidade ao seguro-desemprego compensa o aumento potencial da criminalidade. Esse efeito, no entanto, é temporário e desaparece com o fim do benefício. Essa dinâmica sugere fortemente que a restrição de liquidez e o estresse associado à perda de renda são os principais impulsionadores do comportamento ilícito, em detrimento de outras teorias, sublinhando a importância das políticas de inclusão social como ferramentas eficazes de prevenção ao crime.

A fragilidade institucional complementa o quadro de vulnerabilidade social. Germán Darío Valencia Agudelo e Deiman Cuartas Celis, no estudo "Incidencia de la violencia y la criminalidad en la calidad de la democracia en América Latina, 2000-2023", alertam que os altos níveis de criminalidade e violência têm uma incidência negativa na qualidade da democracia e no Estado de Direito. A desconfiança nas instituições de segurança e governo é um reflexo dessa realidade. Em 2020, por exemplo, a confiança na polícia era de apenas 36%, enquanto no Governo era de 27%.

Corroborando essa crise de confiança, o estudo de Aldana, Larralde e Aldana sobre o papel da corrupção policial no México apresenta um achado contraintuitivo. Através de simulações

computacionais, os autores demonstram que a propagação do crime pode ocorrer rapidamente mesmo quando a maioria dos policiais é honesta, indicando que um percentual relativamente pequeno de agentes corruptos pode comprometer a eficácia do sistema de segurança. Mais especificamente, o modelo e os dados empíricos mexicanos revelam que a percepção que a sociedade tem sobre a corrupção está mais fortemente correlacionada com os níveis de criminalidade do que indicadores socioeconômicos. Essa conclusão implica que a restauração da confiança pública e a legitimidade das forças de segurança são ferramentas tão cruciais para a redução do crime quanto a repressão em si.

Uma abordagem integral

As evidências reunidas aqui, portanto, exigem uma transição de paradigmas na abordagem da segurança na América Latina. O artigo "A Review of Citizen Security in Latin America", produzido por Fierro e colegas, classifica a segurança cidadã como um bem público essencial, indispensável para a qualidade de vida e o exercício de outros direitos fundamentais. A revisão critica as abordagens puramente punitivas e repressivas, como a militarização e o encarceramento em massa, que se mostraram insuficientes e, em muitos casos, exacerbaram o problema. A solução, segundo o estudo, reside na adoção de políticas integrais e multifatoriais, que atuem simultaneamente na prevenção, atacando as causas socioeconômicas da violência, e no fortalecimento das instituições de justiça. A construção de ambientes seguros, em última análise, deve ser entendida como uma responsabilidade compartilhada que exige a promoção da participação cidadã e o reconhecimento de que a segurança é, em sua essência, um pilar inegociável da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ALDANA, A., LARRALDE, H., & ALDANA, M. 2022. Modeling the role of police corruption in the reduction of organized crime: Mexico as a case study. Scientific Reports, 12. Disponível em <https://www.nature.com/articles/s41598-022-23630-x> . Acessado em 29/10/2025.

BENTES, A. A., CÉSAR, C. C., XAVIER, C. C., CAIAFFA, W. T., & PROIETTI, F. A. 2017. Self-rated health and perceived violence in the neighborhood is heterogeneous between young women and men. BMC Public Health, 17. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29258489/> Acessado em 29/10/2025.

BRITTO, D. G. C., PINOTTI, P., & SAMPAIO, B. 2022. The Effect of Job Loss and Unemployment Insurance on Crime in Brazil. Econometrica, 90(4), 1393-1423. Disponível em <https://doi.org/10.3982/ECTA18984> Acessado em 20/10/2025.

DAMMERT, L., & SAMPÓ, C. 2025. La evolución del crimen organizado en américa latina. Red de seguridad / paz y seguridad. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES). <https://collections.fes.de/publikationen/ident/fes/21834> .

FELDMANN, A. E., & LUNA, J. P. 2022. Criminal Governance and the Crisis of Contemporary Latin American States. Annual Review of Sociology, 48, 441-61. Disponível em <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-030420-124931> Acessado em 29/10/2025.

FIERRO, F. D., ALARCÓN DÍAZ, O., TOMY LÓPEZ, E. R., LOOR ZAMBRANO, R. A., & GONZALES VÁSQUEZ, C. 2024. La seguridad ciudadana en América Latina: Una revisión Literaria. Revista de Climatología, 24 (Edición Especial Ciencias Sociales), 1613-1619. Disponível em https://rclimatol.eu/wp-content/uploads/2024/03/Articulo-RCLIMCS24_0176-Fatima.pdf Acessado em 31/10/2025.

HIDALGO, D.; SILVEIRA, F.; PADILHA, D.; BASSANI, A.-F., & NASCIMENTO, I. 2021. Violencia urbana y políticas de seguridad: análisis en cuatro ciudades latinoamericanas. Revista EURE - Revista De Estudios Urbano Regionales, 47(141). Disponível em <https://doi.org/10.7764/EURE.47.141.08> . Acessado em 29/10/2025.

LESSING, B. 2022. Governança criminal na América Latina em perspectiva comparada: Apresentação à edição especial. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social., Edição Especial nº 4, 1-10. Disponível em <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15esp4.52895>. Acessado em 29/10/2025.

OTAMENDI, María Alejandra. Seguridad objetiva y subjetiva en América Latina: aclarando la paradoja. 2016. Revista Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 9, n. 3, p. 11-37. Disponível em <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/593> . Acessado em 30/10/2025.

PRIETO CURIEL, R., CRESCI, S., MUNTEAN, C. I., & BISHOP, S. R. 2020. Crime and its fear in social media. Palgrave Communications, 6. Disponível em <https://www.nature.com/articles/s41599-020-0430-7>. Acessado em 29/10/2025.

VALENCIA AGUDELO, G. D., & CUARTAS CELIS, D. 2023. "Incidencia de la violencia y la criminalidad en la calidad de la democracia en América Latina, 2000- 2023". Estudios Políticos (Universidad de Antioquia), 66. Disponível em <https://doi.org/10.17533/udea.espo.n66a01>. Acessado em 29/10/2025.

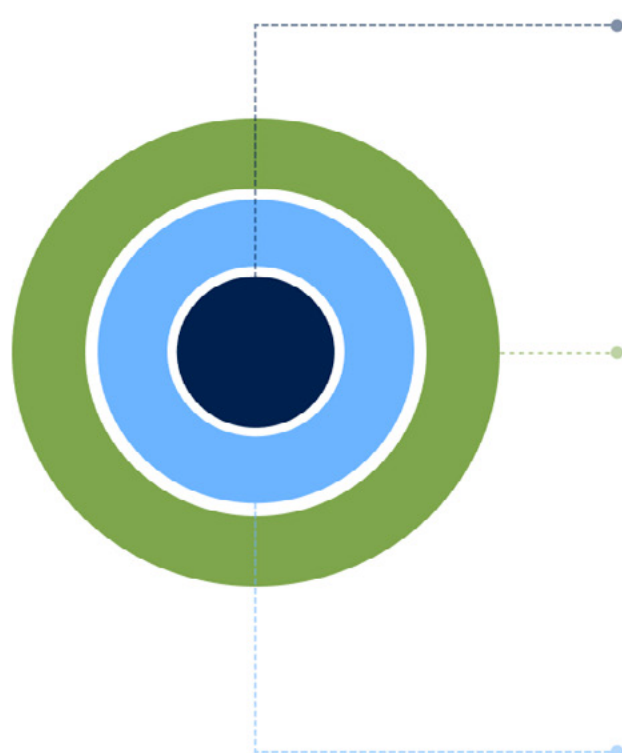




SENSAÇÃO DE BEM-ESTAR

PESQUISA QUANTITATIVA – AMÉRICA DO SUL

Missão, visão e valores



O QUÊ FAZEMOS?

Somos especialistas em **pesquisa, reputação e estudos avançados**. Coletamos e analisamos dados quantitativos, qualitativos e semióticos para oferecer diagnósticos detalhados que orientam estratégias e fortalecem marcas, instituições e cidades.

COMO FAZEMOS:

Utilizamos uma **metodologia robusta e inovadora**, que une rigor científico, tecnologia e uma visão holística das questões sociais e econômicas.

Atuamos com precisão e profundidade, sempre conectando teoria e prática para entregar soluções reais e eficazes.

POR QUE FAZEMOS?

Acreditamos que reputação e bem-estar estão diretamente conectados. Nossa missão é transformar dados em conhecimento profundo, gerando insights estratégicos que impactam positivamente a sociedade e promovem cidades mais sustentáveis e cidadãos mais felizes.

Nosso fazer

Pesquisa de mercado e de opinião pública: <https://institutoinforma.com.br/pesquisa-e-dados/mercado/>

Diagnósticos de reputação: <https://institutoinforma.com.br/reputacao/reputacao-em-2-estagios/>

Estudos avançados: <https://institutoinforma.com.br/estudos-avancados/>

Revista científica para decisores (Alimentação) <https://cadernos.institutoinforma.com.br/>

Modelagem

A análise dos dados

Este relatório analítico apresenta uma comparação da percepção de qualidade de vida no Brasil com a de outros nove países da América do Sul.

Os resultados derivam de dois projetos conduzidos em 2025, nos quais se aplicou um questionário estruturado idêntico em todas as dez nações.

Metodologia

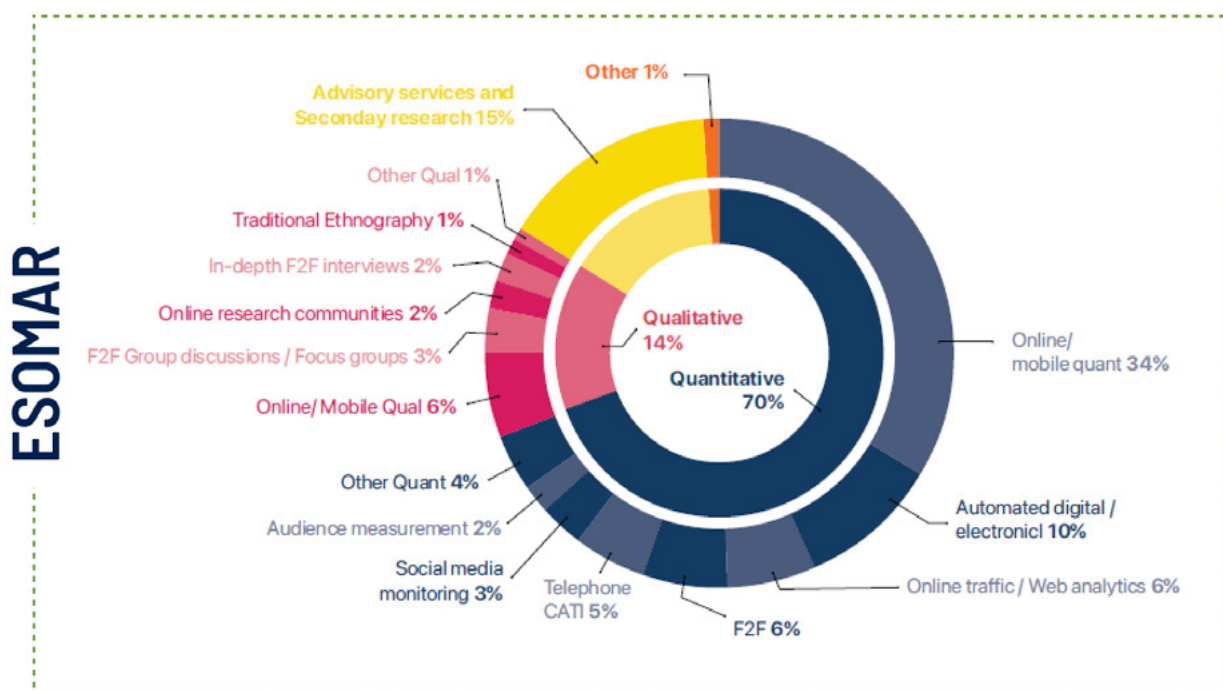
Em ambos os estudos foi utilizada a metodologia quantitativa por meio de entrevistas via web, com questionário de autopreenchimento.

Os entrevistados foram alcançados por disparos de convites de pesquisa nas principais redes sociais. questionário estruturado idêntico em todas as dez nações.

TENDÊNCIAS E VALIDAÇÃO METODOLÓGICA

Spend by quantitative/qualitative methods

i Globalmente os estudos quantitativos, online, estão se destacando.



Planejamento

Universo pesquisado

O estudo utilizou metodologia quantitativa por meio de entrevistas via web, com questionário de autopreenchimento.

Brasil: As entrevistas foram realizadas com os brasileiros, 18 anos ou mais, residentes nas 5 regiões brasileiras, segmentadas conforme dados censitários.

Foi considerada a distribuição dos brasileiros nas 5 regiões, em gênero, idade e renda mensal familiar de acordo com dados do IBGE, garantindo a presença de respondentes de todos os estados brasileiros.

Países América do Sul: As entrevistas foram realizadas com os moradores, 18 anos ou mais, residentes nos 9 países pesquisados (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), segmentadas conforme dados censitários.

Foi considerada a distribuição dos moradores dos 9 países, em gênero, idade e renda mensal familiar de acordo com dados oficiais de cada país.

Amostra

Brasil: Foram realizadas 1.020 entrevistas. O erro esperado para a amostra aplicada é de 3%, para o nível de confiança de 95%.

Países América do Sul: Foram realizadas 1.086 entrevistas. O erro esperado para a amostra aplicada é de 3%, para o nível de confiança de 95%.

Coleta dos dados

Brasil: As entrevistas foram realizadas entre os dias 19 e 29 de setembro de 2025. O tempo médio de aplicação do questionário foi de cerca de 10 minutos.

Países América do Sul: As entrevistas foram realizadas entre os dias 19 e 29 de setembro de 2025. O tempo médio de aplicação do questionário foi de cerca de 10 minutos.

Observação sobre o estudo WHOQOL-BREF

Esse estudo tem como base a Análise do WHOQOL-BREF, desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde, para avaliar a qualidade de vida.

O estudo é constituído de 26 perguntas, sendo 2 perguntas sobre a qualidade de vida, em geral, e 24 perguntas, denominadas de Facetas e, que constituem os 4 domínios que são: Físico, Psicológico, Relações Sociais e Meio Ambiente. As respostas seguem uma escala de Likert (de 1 a 5).

Os cálculos dos Domínios foram realizados com base estatística, seguindo as diretrizes do estudo WHOQOL-BREF, que garantem a padronização das pontuações, possibilitando a interpretação dos resultados de forma comparável. Em cada Domínio as facetas escaladas de 1 a 5 foram tratadas, de modo estatístico, para uma escala de 0 a 100, onde podemos observar de forma mais clara os resultados de cada faceta em relação ao seu domínio. Quanto maior o resultado (mais próximo de 100) melhor a qualidade de vida.

Nota: No final do relatório, no Anexo, estão os cálculos utilizados nos Domínios.



Observação sobre o estudo

No DOMÍNIO FÍSICO temos a avaliação de 7 facetas, que são: dor (1), energia (2), sono (3), locomoção (4), qualidade das atividades da vida cotidiana (5), dependência de tratamentos médicos(6) e, capacidade de trabalho (7).

No DOMÍNIO PSICOLÓGICO são avaliadas 6 facetas: aproveitamento da vida (1), concentração (2), aceitação da aparência física (3), aceitação de si mesmo (4), mau humor, desespero, ansiedade e/ou depressão (5) e sentido na vida (6).

No DOMÍNIO RELAÇÕES SOCIAIS temos a avaliação de 3 facetas, que são: relações pessoais (1), apoio de amigos (2) e vida sexual (3).

No DOMÍNIO MEIO AMBIENTE são avaliadas 8 facetas: segurança no dia-a-dia (1), condições do local de moradia (2), recursos financeiros (3), acesso aos serviços de saúde (4), disponibilidade de informações necessárias para o dia-a-dia (5), oportunidades de atividade de lazer (6), saudabilidade no ambiente físico (7) e meio de transporte (8).

Qualidade de vida em geral

Percepção da Qualidade de vida

MUITO BOA + BOA

É maior a satisfação com a qualidade de vida, em geral, entre os paraguaios, colombianos e chilenos (muito boa + boa). Já, entre os brasileiros a satisfação com a qualidade de vida, em geral, é considerada mediana (nem boa e nem ruim).



QUALIDADE DE VIDA	BOA + MUITO BOA	NEM BOA E NEM RUIM	RUIM + MUITO RUIM	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	63,7	30,7	5,5	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	67,1	27,0	5,9	292
BRASIL	24,7	60,2	15,6	1020

Satisfação com a saúde

MUITO SATISFEITO + SATISFEITO

Novamente, há destaque na satisfação com a saúde entre os paraguaios, colombianos e chilenos (muito satisfeito + satisfeito).

Entre os brasileiros a taxa de satisfação com a saúde é menos encorpada.



SATISFAÇÃO COM A SAÚDE	SATISFEITO + MUITO SATISFEITO	NEM SATISFEITO E NEM INSATISFEITO	INSATISFEITO + MUITO INSATISFEITO	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	69,3	20,4	10,3	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	73,2	15,4	11,4	292
BRASIL	45,8	27,5	26,7	1020

Domínio Físico

Qualidade de locomoção

MUITO BOM + BOM

Nos 9 países da América do Sul, estudados, as taxas de satisfação com a locomoção física estão acima de 80%. Com destaque para Colômbia e Chile que apresentaram taxas maiores a 90%. Entre os brasileiros a percepção de qualidade na locomoção física é um pouco menor.



QUALIDADE DE LOCOMOÇÃO	MUITO BOM + BOM	NEM RUIM E NEM BOM	RUIM + MUITO RUIM	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	88,1	10,1	1,8	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	84,5	12,4	3,0	292
BRASIL	75,0	17,1	7,9	1020

Dor como impedimento no dia-a-dia

EXTREMAMENTE + BASTANTE

A percepção extrema de dor como impedimento no dia-a-dia apresenta taxas pouco encorpadas em todos os países da América do Sul, sendo bem menor entre os uruguaios e venezuelanos.



DOR COMO IMPEDIMENTO NO DIA-A-DIA	EXTREMAMENTE + BASTANTE	MAIS OU MENOS	MUITO POUCO + NADA	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	13,0	35,6	51,4	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	13,4	29,3	57,3	292
BRASIL	15,4	29,6	55,0	1020

Dependência de Tratamentos Médicos

EXTREMAMENTE + BASTANTE

A necessidade de tratamentos médicos para tocar a vida é maior entre os brasileiros (2 em cada 10) e menor entre os residentes na Bolívia e Uruguai. Mas, vale notar que a ausência de tratamentos médicos para o dia-a-dia tem maior relevância em todos os países da América do Sul.



DEPENDÊNCIA DE TRATAMENTOS MÉDICOS	EXTREMAMENTE + BASTANTE	MAIS OU MENOS	MUITO POUCO + NADA	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	12,5	24,3	62,9	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	12,5	20,8	66,8	292
BRASIL	23,6	24,5	51,9	1020

Qualidade nas Atividades da Vida Cotidiana

MUITO SATISFEITO + SATISFEITO

A satisfação com a qualidade nas atividades cotidianas é maior entre os paraguaios, colombianos e uruguaios (8 em cada 10). E, apresenta menor satisfação entre os peruanos, argentinos e brasileiros (taxas de satisfação entre 55% e 66%).

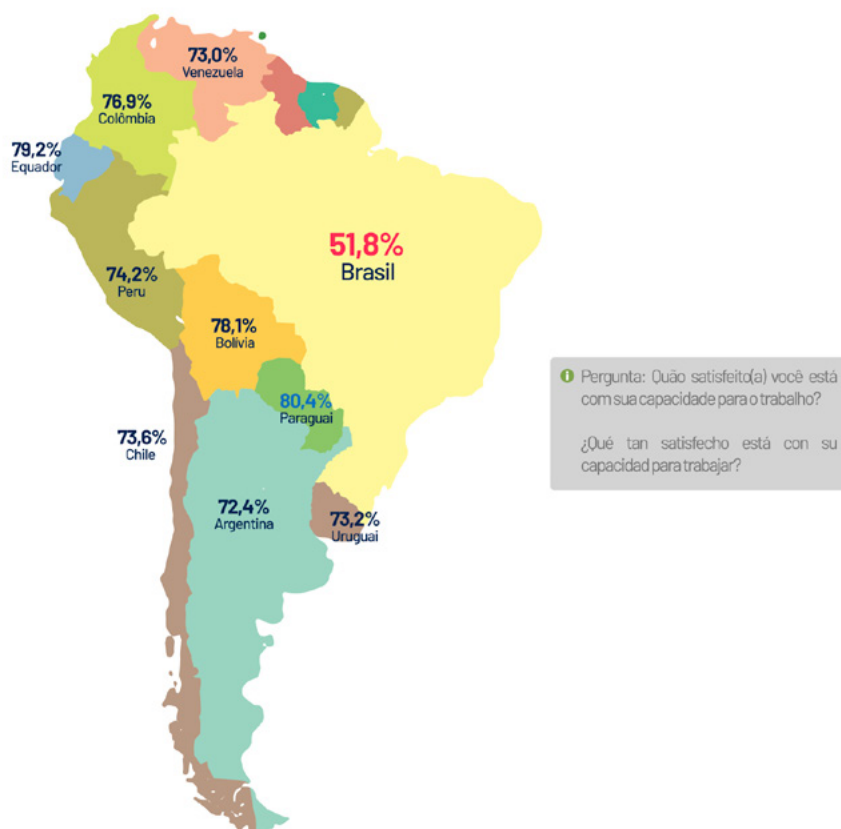


QUALIDADE NAS ATIVIDADES DA VIDA COTIDIANA	SATISFEITO + MUITO SATISFEITO	NEM SATISFEITO E NEM INSATISFEITO	INSATISFEITO + MUITO INSATISFEITO	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	76,2	18,5	5,3	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	67,4	24,6	8,0	292
BRASIL	55,1	25,7	19,2	1020

Capacidade de Trabalho

MUITO SATISFEITO + SATISFEITO

Ao avaliarem a satisfação com sua capacidade de trabalhar, observa-se que as taxas são encorpadas e próximas entre os países da América do Sul, com exceção do Brasil, que apresenta um percentual de satisfação bem menor.



CAPACIDADE DE TRABALHO	SATISFEITO + MUITO SATISFEITO	NEM SATISFEITO E NEM INSATISFEITO	INSATISFEITO + MUITO INSATISFEITO	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	75,6	18,3	6,1	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	73,5	16,0	10,5	292
BRASIL	51,8	24,3	24,0	1020

Presença de Energia no dia-a-dia

EXTREMAMENTE + BASTANTE

A presença de energia física para tocar o cotidiano é maior na percepção dos paraguaios, colombianos e venezuelanos (7 em cada 10). Por outro lado, entre os bolivianos, argentinos e brasileiros é menor a percepção da existência de energia física para o dia-a-dia.

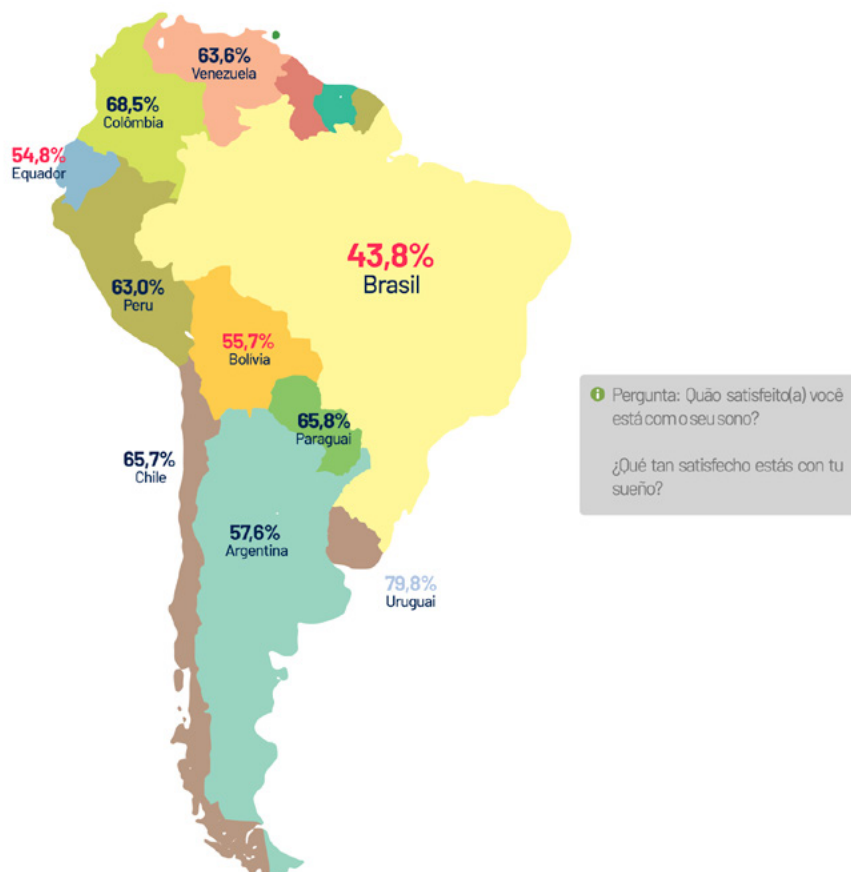


PRESENÇA DE ENERGIA NO DIA-A-DIA	EXTREMAMENTE + BASTANTE	MAIS OU MENOS	MUITO POUCO + NADA	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	65,6	29,0	5,5	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	53,7	36,1	10,2	292
BRASIL	44,1	38,0	17,9	1020

Satisfação com o sono

MUITO SATISFEITO + SATISFEITO

A satisfação com o sono é maior entre os uruguaios (8 em cada 10) e, menor entre os entrevistados da Bolívia, Equador e Brasil (taxas de satisfação entre 43,8% e 55,7%).



SATISFAÇÃO COM O SONO	SATISFEITO + MUITO SATISFEITO	NEM SATISFEITO E NEM INSATISFEITO	INSATISFEITO + MUITO INSATISFEITO	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	63,6	22,5	13,9	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	59,9	22,9	17,2	292
BRASIL	43,8	26,4	29,8	1020

Domínio Relações Sociais

Relações pessoais

MUITO SATISFEITO + SATISFEITO

Nota-se que entre os uruguaios e chilenos é maior a satisfação com suas relações com amigos, parentes e conhecidos (8 em cada 10). Já, a satisfação com essas relações é menor entre os brasileiros e bolivianos (cerca de metade estão satisfeitos)..



SATISFAÇÃO COM AS RELAÇÕES PESSOAIS	SATISFEITO + MUITO SATISFEITO	NEM SATISFEITO E NEM INSATISFEITO	INSATISFEITO + MUITO INSATISFEITO	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	68,5	23,9	7,6	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	68,5	20,1	11,4	292
BRASIL	51,0	27,8	21,3	1020

Apoio de amigos

MUITO SATISFEITO + SATISFEITO

Em todos os países da América do Sul é interessante observar que as taxas de satisfação com o apoio dos amigos é menos encorpada do que com as relações pessoais. Destaca-se que os chilenos apresentam uma satisfação um pouco maior (7 em cada 10) e, os brasileiros mencionam menor satisfação (4 em cada 10).

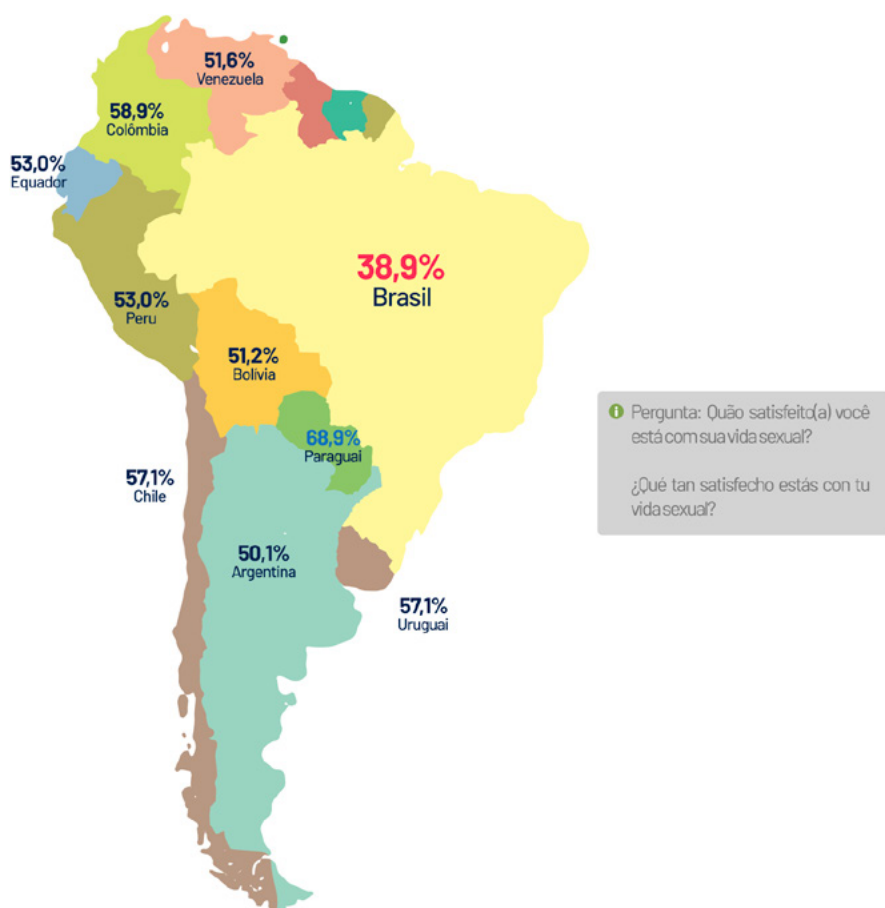


SATISFAÇÃO COM O APOIO DE AMIGOS	SATISFEITO + MUITO SATISFEITO	NEM SATISFEITO E NEM INSATISFEITO	INSATISFEITO + MUITO INSATISFEITO	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	53,2	32,3	14,4	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	58,5	27,1	14,4	292
BRASIL	40,0	32,9	27,1	1020

Vida sexual

MUITO SATISFEITO + SATISFEITO

As taxas de satisfação com a vida sexual também são menos encorpadas. Destaque positivo entre os paraguaios, em que 7 em cada 10 estão satisfeitos com sua vida sexual. A taxa de satisfação é bem menor entre os brasileiros: 38,9%.



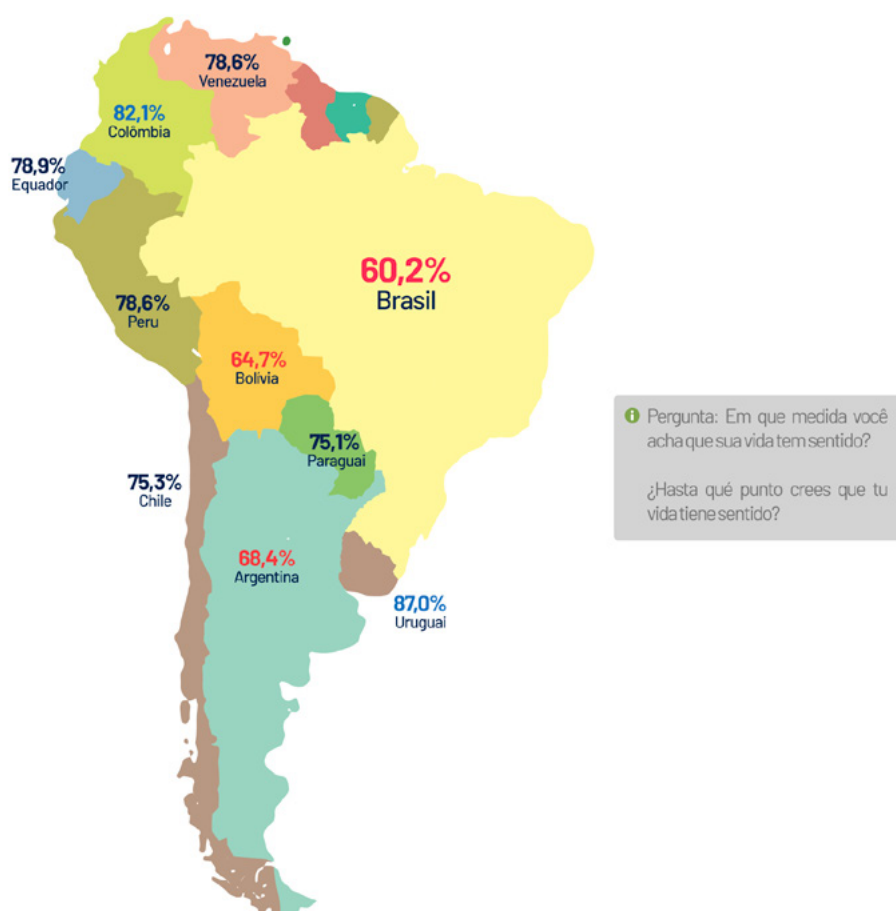
SATISFAÇÃO COM A VIDA SEXUAL	SATISFEITO + MUITO SATISFEITO	NEM SATISFEITO E NEM INSATISFEITO	INSATISFEITO + MUITO INSATISFEITO	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	54,9	27,9	17,2	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	53,0	26,9	20,1	292
BRASIL	38,9	28,4	32,7	1020

Domínio psicológico

Sentido na Vida

EXTREMAMENTE + BASTANTE

Entre os uruguaios e os colombianos há maior percepção de sentido na vida (acima de 80%). Os países que apresentam percentuais menos encorpados quanto ao sentido na vida são Argentina, Bolívia e Brasil (entre 60% e 69%).



SENTIDO NA VIDA	EXTREMAMENTE + BASTANTE	MAIS OU MENOS	MUITO POUCO + NADA	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	78,2	17,4	4,4	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	70,3	21,2	8,6	292
BRASIL	60,2	22,4	17,5	1020

Mau humor, desespero, ansiedade e/ou depressão

SEMPRE + MUITO FREQUENTEMENTE

Na Argentina 3 em cada 10 entrevistados mencionaram que possuem sentimentos negativos sempre ou muito frequentemente. Num segundo patamar, com 2 em cada 10, estão Colômbia, Chile, Brasil, Venezuela e Peru. Mas, é relevante observar que a maioria dos entrevistados, em geral, quase nunca ou nunca apresentam sentimentos negativos.



MAU HUMOR, DESESPERO, ANSIEDADE E/OU DEPRESSÃO	SEMPRE + MUITO FREQUENTEMENTE	FREQUENTEMENTE	ALGUMAS VEZES + NUNCA	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	18,1	20,3	61,6	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	24,5	16,9	58,6	292
BRASIL	18,3	19,7	62,0	1020

Aceitação da Aparência Física

EXTREMAMENTE + BASTANTE

A maioria dos entrevistados da Colômbia, Paraguai e Uruguai aceitam sua aparência física (acima de 75%). Já, a aceitação da aparência física apresenta taxas menos encorpadas na Argentina, Bolívia e, principalmente, no Brasil.



ACEITAÇÃO DA APARÊNCIA FÍSICA	EXTREMAMENTE + BASTANTE	MAIS OU MENOS	MUITO POUCO + NADA	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	71,8	20,3	7,9	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	63,7	26,3	10,1	292
BRASIL	48,2	29,4	22,4	1020

Capacidade de Concentração

EXTREMAMENTE + BASTANTE

Há maior percepção de alta capacidade de concentração entre os paraguaios, uruguaios e venezuelanos (8 em cada 10). Entre os brasileiros cerca de metade dos entrevistados percebe alta capacidade de concentrar-se (menor percentual entre os países).



CAPACIDADE DE CONCENTRAÇÃO	EXTREMAMENTE + BASTANTE	MAIS OU MENOS	MUITO POUCO + NADA	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	68,1	27,1	4,8	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	64,3	29,8	5,9	292
BRASIL	48,2	32,0	19,8	1020

Aceitação de Si Mesmo

MUITO SATISFEITO + SATISFEITO

A Colômbia apresenta a maior taxa, entre seus entrevistados, de aceitação de si mesmo. Importante observar que entre os brasileiros é menor o percentual de satisfação consigo mesmo.



ACEITAÇÃO DE SI MESMO	SATISFEITO + MUITO SATISFEITO	NEM SATISFEITO E NEM INSATISFEITO	INSATISFEITO + MUITO INSATISFEITO	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	73,1	17,3	9,5	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	63,6	23,7	12,7	292
BRASIL	48,5	24,8	26,7	1020

Aproveitamento da Vida

EXTREMAMENTE + BASTANTE

8 em cada 10 colombianos ou uruguaios avaliam que aproveitam a vida (é o maior índice). Por outro lado, entre os brasileiros, a sensação de aproveitamento da vida é bem menor (4 em cada 10).



APROVEITAMENTO DA VIDA	EXTREMAMENTE + BASTANTE	MAIS OU MENOS	MUITO POUCO + NADA	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	69,9	24,0	6,1	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	69,1	23,4	7,5	292
BRASIL	35,7	36,3	28,1	1020

Domínio meio ambiente

Disponibilidade de Informações Necessárias para o Dia-a-Dia

EXTREMAMENTE + BASTANTE

Ter acesso as informações necessárias para o dia-a-dia é maior entre os uruguaios, 8 em cada 10 afirmam que as informações estão disponíveis. Por outro lado, entre os brasileiros e os venezuelanos é menor o índice de percepção da disponibilidade de informações, cerca de metade percebe esse acesso.



DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O DIA-A-DIA	EXTREMAMENTE + BASTANTE	MAIS OU MENOS	MUITO POUCO + NADA	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	64,2	31,3	4,5	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	71,3	23,5	5,2	292
BRASIL	53,3	32,9	13,8	1020

Condições do Local de Moradia

MUITO SATISFEITO + SATISFEITO

A satisfação com as condições de moradia é maior entre os chilenos, colombianos e uruguaios (acima de 73%). Entre os bolivianos, brasileiros e venezuelanos as taxas de satisfação com as condições do local de moradia são menores.



CONDIÇÕES DO LOCAL DE MORADIA	SATISFEITO + MUITO SATISFEITO	NEM SATISFEITO E NEM INSATISFEITO	INSATISFEITO + MUITO INSATISFEITO	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	66,8	24,3	8,9	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	64,2	22,1	13,6	292
BRASIL	57,0	18,8	24,2	1020

Saudabilidade no Ambiente Físico

EXTREMAMENTE + BASTANTE

Relevante notar que as taxas de percepção de saudabilidade no ambiente físico (clima, barulho, poluição) são menos encorpadas em todos os países da América do Sul estudados, não passando de 55%. Os menores índices são do Peru, da Venezuela, do Brasil e do Equador.

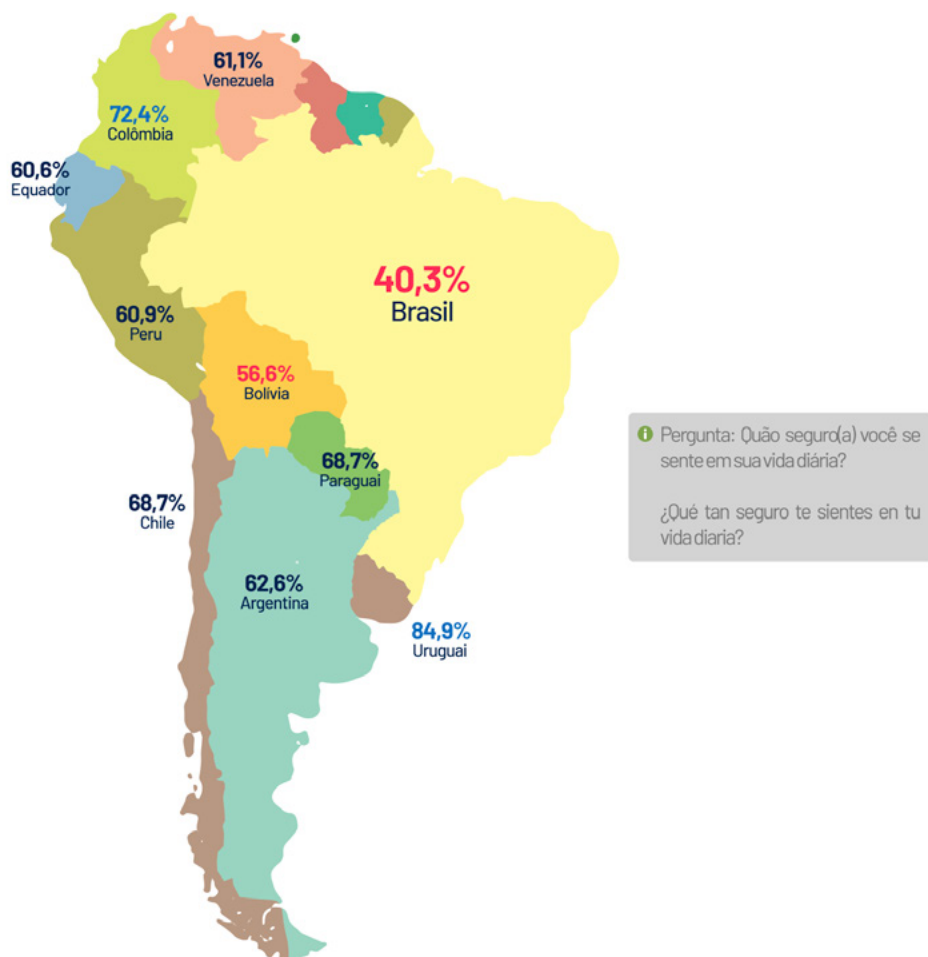


SAUDABILIDADE NO AMBIENTE FÍSICO	EXTREMAMENTE + BASTANTE	MAIS OU MENOS	MUITO POUCO + NADA	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	46,3	46,7	7,0	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	50,1	39,5	10,4	292
BRASIL	38,5	41,4	20,1	1020

Segurança no Dia-a-Dia

EXTREMAMENTE + BASTANTE

A sensação de segurança no dia-a-dia se destaca positivamente entre os entrevistados do Uruguai (84,9%) e na sequência, da Colômbia (72,4%). A menor sensação de segurança no cotidiano é percebida entre os bolivianos e, principalmente, entre os brasileiros.

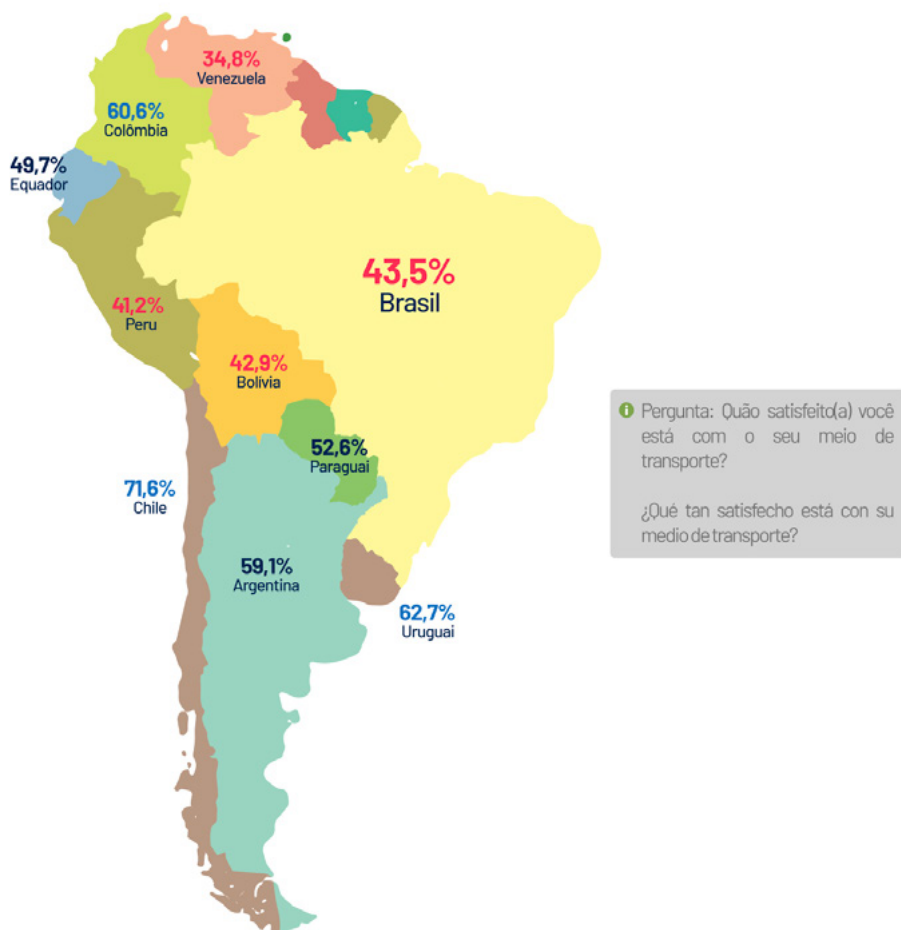


SEGURANÇA NO DIA-A-DIA	EXTREMAMENTE + BASTANTE	MAIS OU MENOS	MUITO POUCO + NADA	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	65,0	28,9	6,1	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	64,6	28,6	6,8	292
BRASIL	40,3	37,5	22,2	1020

Satisfação com Meio de Transporte

MUITO SATISFEITO + SATISFEITO

As maiores taxas de satisfação com o meio de transporte utilizado estão entre os entrevistados chilenos, uruguaios e colombianos. E, no Brasil, Bolívia, Peru e Venezuela é maior a insatisfação com o meio de transporte.



SATISFAÇÃO COM MEIO DE TRANSPORTE	SATISFEITO + MUITO SATISFEITO	NEM SATISFEITO E NEM INSATISFEITO	INSATISFEITO + MUITO INSATISFEITO	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	51,1	29,0	19,9	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	58,5	24,6	16,9	292
BRASIL	43,5	24,0	32,5	1020

Acesso aos Serviços de Saúde

MUITO SATISFEITO + SATISFEITO

Relevante registrar que o Uruguai se destaca na satisfação com os serviços de saúde (75,5%) e, a Venezuela na insatisfação com os serviços de saúde (47,7%). Entre os venezuelanos, a taxa de satisfação com os serviços de saúde é bem pequena (18,9%).



ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE	SATISFEITO + MUITO SATISFEITO	NEM SATISFEITO E NEM INSATISFEITO	INSATISFEITO + MUITO INSATISFEITO	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	45,7	30,1	24,2	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	61,0	24,5	14,5	292
BRASIL	36,8	28,7	34,5	1020

Oportunidades de Atividades de Lazer

EXTREMAMENTE + BASTANTE

Os percentuais da percepção dos entrevistados, dos países da América do Sul estudados, quanto as oportunidades de atividades de lazer não superam 57%. Chilenos, uruguaios e argentinos apresentam maior percepção de acesso ao lazer enquanto, brasileiros e venezuelanos são os que menos percebem esse acesso.



OPORTUNIDADES DE ATIVIDADES DE LAZER	EXTREMAMENTE + BASTANTE	MAIS OU MENOS	MUITO POUCO + NADA	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	36,6	42,3	21,1	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	44,5	38,1	17,4	292
BRASIL	25,0	35,4	39,6	1020

Recursos Financeiros

EXTREMAMENTE + BASTANTE

Em todos os países da América do Sul, estudados, é pequeno o percentual de cidadãos que avaliam que seus recursos financeiros é suficiente para cobrir suas necessidades. A sensação de escassez financeira é maior entre os brasileiros (56,3% muito pouco ou nada) e entre os venezuelanos (49,9%).



RECURSOS FINANCEIROS	EXTREMAMENTE + BASTANTE	MAIS OU MENOS	MUITO POUCO + NADA	BASE
AMÉRICA ANDINA Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile	19,4	52,5	28,1	794
AMÉRICA PLATINA Argentina, Paraguai, Uruguai	24,0	47,7	28,3	292
BRASIL	11,1	32,6	56,3	1020

Relação com a sustentabilidade

Influência da poluição e da arborização na saúde

Observa-se entre os brasileiros, maior associação de cidades menos poluídas e mais arborizadas com a presença de saúde, no comparativo com os cidadãos, em geral, dos 9 países da América do Sul estudados.

Si la gente contamina menos o tiene ciudades más boscosas, revertirá a nuestra salud.

SE AS PESSOAS POLUÍREM MENOS OU TER CIDADES MAIS ARBORIZADAS, REVERTERÁ PARA A NOSSA SAÚDE.

TOTAL 9 PAÍSES AMÉRICA DO SUL



TOTAL BRASIL



TOP 2 BOXES

80,6%

90,5%

- Concorda totalmente
- Concorda em parte
- Nem concorda, nem discorda
- Discorda em parte
- Discorda totalmente
- Não sabe

Base: 1.086 / 1.020 entrevistas

Cidade sustentável significa maior qualidade de vida

Parcela considerável dos residentes na América do Sul concordam que uma cidade sustentável traz maior qualidade de vida. Una sociedad sostenible es una sociedad con una mejor calidad de vida.

UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL É UMA SOCIEDADE COM MAIS QUALIDADE DE VIDA.

TOTAL 9 PAÍSES AMÉRICA DO SUL



TOTAL BRASIL



TOP 2 BOXES

88,0%

87,5%

- Concorda totalmente
- Concorda em parte
- Nem concorda, nem discorda
- Discorda em parte
- Discorda totalmente
- Não sabe

Base: 1.086 / 1.020 entrevistas

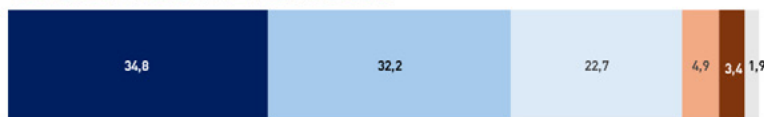
Cidade sustentável significa maior qualidade de vida

O engajamento ao consumo de marcas sustentáveis para manutenção da natureza e do planeta é de 3 (total 9 países) a 4 (total Brasil) em cada 10 entrevistados.

Consumo productos de marcas sostenibles porque creo que es una de las formas de ayudar a la naturaleza y al futuro del planeta Tierra.

CONSUMO PRODUTOS DE MARCAS SUSTENTÁVEIS POIS ACHO QUE É UMA DAS MANEIRAS DE AJUDAR A NATUREZA E O FUTURO DO PLANETA TERRA.

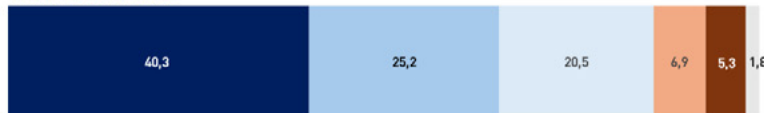
TOTAL 9 PAÍSES AMÉRICA DO SUL



TOP 2 BOXES

67,0%

TOTAL BRASIL



65,5%

- Concorda totalmente
- Concorda em parte
- Nem concorda, nem discorda
- Discorda em parte
- Discorda totalmente
- Não sabe

Base: 1.086 / 1.020 entrevistas

Conclusões

Panorama Geral de Bem-estar na América do Sul

A partir dos dados coletados com os residentes de 10 países da América do Sul, identificou-se quatro grandes grupos de países, com um “perfil de bem-estar” próprio, segundo a percepção dos entrevistados.



GRUPO	PAÍSES
 BEM-ESTAR CONSISTENTE	PARAGUAI, COLÔMBIA, URUGUAI E CHILE
 BEM-ESTAR MODERADO	ARGENTINA, PERU E EQUADOR
 BEM-ESTAR FRAGILIZADO	BOLÍVIA, VENEZUELA E BRASIL

Panorama Geral de Bem-estar na América do Sul

Perfil dos países com bem-estar consistente - Paraguai, Colômbia, Uruguai e Chile. Apresentam equilíbrio entre qualidade de vida, saúde, relações sociais, aspectos psicológicos e ambientais.

Paraguai – destaques:

- Alta satisfação com qualidade de vida (80,3%) e com a saúde (79,7%).
 - Presença de qualidade nas atividades cotidianas (82,7%).
 - Destaque na capacidade de trabalho (80,4%).
 - Excelente desempenho em relações sociais, especialmente vida sexual (68,9% - o melhor da América do Sul).
 - Alta aceitação da aparência física (75,8%).
 - Boa energia física (73,1%) e boa concentração (82,5%).
- Alta aceitação de si mesmo (78,3% - a maior entre os países estudados) e da aparência física (79,6%).
 - Alta percepção de aproveitamento da vida (76,7%).
 - Satisfação com local de moradia (75,7%) e segurança (72,4%).

A Colômbia combina propósito e autoestima, aspectos poderosos para saúde mental e engajamento.

O Paraguai aparece como um país com forte capital social e emocional, o que tende a gerar resiliência e estabilidade.

Colômbia – destaques:

- Altas taxas de satisfação com qualidade de vida (74,8%) e com a saúde (77,4%).
- Presença de qualidade nas atividades cotidianas (83,2%).
- Excelente percepção de sentido na vida (82,1%).

Panorama Geral de Bem-estar na América do Sul

Perfil dos países com bem-estar consistente - Paraguai, Colômbia, Uruguai e Chile. Apresentam equilíbrio entre qualidade de vida, saúde, relações sociais, aspectos psicológicos e ambientais.

Uruguai – destaques:

- Presença de qualidade nas atividades cotidianas (80,7%) e no aproveitamento da vida (79,4%).
- Alta performance nas relações com amigos e parentes (78,8%).
- Melhor satisfação com o sono entre todos os países pesquisados (79,8%) e boa concentração (77,4%).
- Alta aceitação da aparência física (75,8%).
- Alta percepção de sentido na vida (87% - maior taxa entre todos os países da América do Sul).
- Melhor sensação de segurança entre os países estudados (84,9%) e satisfação com local de moradia (73,8%).
- Alta satisfação com os serviços de saúde (75,5%).
- Alta percepção de disponibilidade de informações (79,5%).

O Uruguai é o país com melhor avaliação em diversos aspectos dos domínios físicos, psicológicos e ambientais.

Chile – destaques:

- Altas taxas de satisfação com qualidade de vida (74,6%) e com a saúde (72,0%).
- Excelente satisfação com as relações pessoais (75,7%) e bom apoio dos amigos (65,9% - maior taxa entre os países pesquisados).
- Alta percepção de disponibilidade de informações (72,9%).
- Alta satisfação com transporte (71,6%) e local de moradia (78,9%).

O Chile se destaca pela qualidade do ambiente urbano e social, o que favorece produtividade, saúde e bem-estar.

Panorama Geral de Bem-estar na América do Sul

Perfil dos países com bem-estar moderado, mas com pontos de fragilidade – Argentina, Peru e Equador. Apresentam indicadores medianos, com alguns pontos frágeis.

Argentina – fragilidades:

- Alta satisfação com qualidade de vida (80,3%)
Menor satisfação com atividades cotidianas do que outros países (64%).
- Sensação de energia física menos encorpada (50%).
- 3 em cada 10 têm sentimentos negativos frequentes.
- Menor satisfação com o apoio de amigos (46,7%).
- Baixa percepção de saudabilidade ambiental (35,2%)
- Menor satisfação com os serviços de saúde (34,3%) e com as oportunidades de lazer (30,1%).

A Argentina destaca-se por certa fragilidade no cenário emocional, com impacto direto em saúde mental e motivação.

O Equador apresenta um quadro com fragilidades ambientais e físicas que podem afetar produtividade e saúde.

Peru – fragilidades:

- Menor satisfação com atividades cotidianas do que outros países (66%).
- Baixa percepção de saudabilidade do ambiente físico (clima, barulho, poluição) (41,1%).
- Menor satisfação com o meio de transporte (41,2%).

O Peru enfrenta desafios ambientais e de qualidade de vida urbana.

Equador – fragilidades:

- Baixa satisfação com o sono (54,8%).

Panorama Geral de Bem-estar na América do Sul

Países com bem-estar fragilizado, mas com alguns pontos positivos – Bolívia e Venezuela Apresentam vulnerabilidades importantes, cada um com seu perfil distinto..

Bolívia – destaques:

- Menor sensação de energia física (55,9%).
- Menor satisfação com o sono (55,7%).
- Baixa satisfação com o apoio dos amigos (46,0%)
- Menor aceitação da aparência física (59%).
- Baixa percepção de segurança (56,6%).
- Baixa satisfação com moradia (57,2%), transporte (42,9%), serviços de saúde (38,8%) e oportunidades de lazer (32,1%).

A Bolívia enfrenta fragilidades físicas e sociais e desafios estruturais de ambiente.

- Vale destacar taxas encorpadas para sensação de energia física (69,2%) e concentração (77,1%).

A Venezuela apresenta o ambiente estrutural mais crítico entre os países estudados, mas com presença de resiliência física e cognitiva.

Venezuela – destaques:

- Baixa satisfação com o apoio dos amigos (47,8%)
- Pior índice de satisfação com serviços de saúde (18,9%).
- Baixa satisfação com moradia (53,9%), transporte (34,8%) e lazer (23,1%).
- Baixa percepção de acesso à informação (52,4%).

Panorama Geral de Bem-estar na América do Sul

Países com bem-estar fragilizado, mas com alguns pontos positivos – Bolívia e Venezuela. Apresentam vulnerabilidades importantes, cada um com seu perfil distinto.

Brasil – destaques:

- Percepção de qualidade de vida moderada (nem boa e nem ruim).
- Apresenta fragilidades simultâneas nos quatro domínios avaliados: físico, social, psicológico e ambiental.
- Taxa menos encorpada na avaliação de sua saúde (45,8%).
- Tem baixa autoaceitação (48,5%), baixa aceitação da aparência física (48,2%) e baixa sensação de aproveitamento da vida (35,7%).
- Menor percepção de apoio dos amigos (40%) e satisfação com a vida sexual (38,9%).
- Apresenta menor capacidade de concentração (48,2%) entre os países estudados.
- Mostra baixa percepção de segurança (40,3%) e satisfação com local de moradia (57%), transporte (43,5%) e oportunidades de lazer (25%).
- Como também apresenta baixa satisfação com os serviços de saúde (36,8%).

O Brasil é o país, na América do Sul, com maior necessidade de intervenções de bem-estar, em todos os domínios.

Cálculo dos domínios

CÁLCULO DA QUALIDADE DE VIDA PELOS DOMÍNIOS E FACETAS:

Para a análise dos dados, as respostas dos participantes são processadas por meio de cálculos que garantem a padronização das pontuações, possibilitando a interpretação dos resultados de forma comparável.

COMO É FEITO O CÁLCULO:

Cada domínio é obtido por meio da média das pontuações das questões correspondentes.

1º PASSO - CONVERSÃO PARA UMA ESCALA DE 4 E 20:

Cada domínio é a média das questões correspondentes multiplicadas por 4: Assim, teremos a média convertida em uma escala entre 4 e 20.

Cálculo dos domínios

2º PASSO - CONVERSÃO PARA ESCALA DE 0 A 100%:

As pontuações dos domínios são ajustadas em uma escala entre 0 e 100 com a seguinte fórmula: Assim, teremos a média dos domínios de cada um dos respondentes.

CONVERSÃO DAS FACETAS INDIVIDUAIS (0-100%): Na segunda parte deste relatório, iremos converter as facetas escaladas de 1 a 5 para uma escala de 0 a 100, onde podemos

observar de forma mais clara os resultados de cada faceta em relação ao seu domínio. A seguinte fórmula será composta:

Ressaltando que o cálculo das facetas individuais foram convertidas de 0-100 para melhor visualização dos resultados.



 CADERNOS
informa—



INFORMAÇÃO CIENTÍFICA PARA DECISORES.



PARA SE
INFORMAR MELHOR,
MELHOR INFORMA